



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001.16.05.2022-DIV

REGIDO PELA LEI Nº. 10.520, DE 17/07/02 E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº. 8.666, DE 21/06/93 (COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº. 8.883/94 E DA LEI Nº. 9.648/98), DECRETO FEDERAL Nº. 10.024/19, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, DECRETO MUNICIPAL Nº. 077/20227, DE 23 DE AGOSTO DE 2017, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/06, LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/14 E SUAS ALTERAÇÕES.

PREÂMBULO

A Pregoeira do Município de Russas/CE torna público para conhecimento de todos os interessados que a partir do dia 18 de maio de 2022 as 08h00min (horário de Brasília), através do endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br - "Acesso Identificado no link específico", em sessão pública por meio de comunicação via internet, iniciará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e que no dia 30 de maio de 2022 as 08h29min (horário de Brasília) encerra o procedimento de recebimento de propostas preços. E a partir das 08h30min (horário de Brasília) dará início a abertura das mesmas, em seguida a partir das 09h00min (horário de Brasília) iniciará a formalização de lances e documentos de habilitação da licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001.16.05.2022-DIV, identificado abaixo, objetivando a Seleção da Melhor Proposta de Preço, mediante as condições estabelecidas no presente edital, tudo de acordo com a Lei Nº. 10.520/02 e Lei Nº. 8.666/93, alterada pela Lei Nº. 8.883/94 e legislação complementar em vigor, Decreto Federal Nº. 10.024/19, Lei Complementar Nº. 123/06, Lei Complementar Nº. 147/14 e suas alterações.

Objeto:	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER À DEMANDA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, REQUISITOS E CONDIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.
Órgão gerenciador:	SEINFRA – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
Órgãos interessados requisitante do certame:	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; AGRONEGÓCIO E COMÉRCIO – SEDEAC; SECRETARIA DE FINANÇAS – SEFIN; PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM GABINETE DO PREFEITO – GABIN SECRETARIA DE SAÚDE
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por Lote
Espécie:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços

PAÇO MUNICIPAL:
Av. Dom Lino, 831, Centro
CEP: 62.900-000
Fone: (88) 34118414
Site: www.russas.ce.gov.br
E-mail: licitapmrussas@gmail.com



Cadastramento das Propostas:	Início: 18 de maio de 2022 as 08h00min (horário de Brasília) Término: 30 de maio de 2022 as 08h29min (horário de Brasília)
Abertura das Propostas:	Início: 30 de maio de 2022 as 08h30min (horário de Brasília)
Sessão de disputa de Lances	Início: 30 de maio de 2022 as 09h00min (horário de Brasília)
Validade da Ata de Registro de Preços:	12 (meses) meses.
Forma de Fornecimento:	Indireta por Demanda
Endereço eletrônico:	www.licitacoes-e.com.br
Email:	licitapmrussas@gmail.com

Compõem-se o presente edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato, bem como, os esclarecimentos necessários a aplicabilidade obrigatória dos ditames da Lei Complementar Nº. 123/06 e Lei Complementar Nº. 147/14 e suas alterações.

PARTE B – ANEXOS

Anexo I – Termo de Referência do Objeto;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Modelo de Declarações

Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato.

ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO VI – Modelo Proposta Vencedora

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER À DEMANDA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, REQUISITOS E CONDIÇÕES DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA** constante do Anexo I do Edital.

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do Lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



1.4. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO EM LOTES:

1.4.1. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93, nesse caso se demonstra técnica e economicamente viável, já que cada lote/grupo foi feito conforme natureza/características de cada objeto, e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa tão somente assegurar a gerencia segura da contratação, e principalmente, assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade efetivamente que é a de atender a contento as necessidades da Administração pública.

1.4.2. Haja vista, também, que a licitação por itens, isolados exigirá elevado número de processos disputas, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle colocando em risco a economia de escala, celeridade processual, eficiência, por fim, perda da não consecução dos fins desejados e comprometendo ainda mais a seleção da Proposta de Preços mais vantajosa para a administração, nos termos do acórdão nº 5301/2013 – segunda câmara TC 009.965/2013-0 TCU, relator Ministro-substituto André Luís de Carvalho, 3.9.2013

1.4.3. A escolha da divisão dos itens em lotes justifica-se em virtudes das características dos produtos, eficiência na fiscalização dos contratos e pela celeridade na conclusão de seu processo licitatório.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

1. Poderão participar da presente licitação pessoas físicas ou jurídicas localizadas em qualquer Unidade da Federação cadastradas ou não no Município de Russas/CE, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação, e que estejam com Credenciamento regular junto sistema Licitações-e do BANCO DO BRASIL, respeitados os favorecimentos impostos pela Lei Complementar Nº. 123/06 e Lei Complementar Nº. 147/14 e suas alterações.

2.1.1. CADASTRAMENTO: O licitante que desejar o cadastramento/revalidação junto ao Município de Russas/CE (no CRC) a que se refere o subitem anterior deverá providenciá-lo, diretamente na sede da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Travessa João Nogueira da Costa, Nº 01, Altos, Centro, Russas, Ceará apresentando a documentação exigida, até às 13h00min horas do dia anterior ao previsto para o recebimento dos documentos de habilitação e de Proposta de Preços e a revalidação/atualização de documentos.

2.2. Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns. Caso constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura das propostas de preços, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

2.3. Não poderão participar da presente licitação os interessados:

- a) Que se encontrem em processo de falência ou recuperação judicial;
- b) Que se encontrem em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
- c) Que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura de Russas/CE;
- d) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio;
- f) Que não tenham providenciado o credenciamento junto ao BANCO DO BRASIL;
- g) As pessoas enumeradas no artigo 9º da Lei Nº. 8.666/93.
- h) Para os casos enquadrados nos termos do item 2.3 serão adotadas todas as prescrições constantes da Lei Federal Nº. 12.846/13.

2.4. Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal Nº. 11.488/07, como critério de desempate, preferência de contratação, o previsto na Lei Complementar Nº. 123/06, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS.

2.4.1- Em se tratando de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte (MEI, ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar Nº 123/06, e alteração dada pela Lei Complementar Nº 147/2014 para que estas

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



possam gozar dos benefícios previstos na referida Lei, deverão declarar no Sistema do Banco do Brasil o exercício da preferência prevista na supra citada Lei.

2.5- Para acessar o sistema eletrônico, os interessados deverão estar credenciados junto ao Banco do Brasil, e o envio das Propostas de Preços se dará diretamente pela empresa licitante através de pessoa devidamente habilitada portando senha pessoal.

2.6- Os interessados deverão credenciar-se junto ao BANCO DO BRASIL:

2.6.1- Quando se tratar de sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentado cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, na qual estejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações.

2.6.2 - O custo de operacionalização e uso do sistema de Pregão Eletrônico ficará a cargo do licitante.

2.6.3- O acesso do operador ao pregão para efeito de encaminhamento de Proposta de Preços e lances sucessivos de preços, em nome da licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.6.4- A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação da empresa cadastrada ou do Banco do Brasil, devidamente justificada.

2.6.5- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura de Russas/CE ou ao Banco do Brasil, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.

2.6.6. O credenciamento da contratada e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico

2.6.7. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.6.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

3.1. O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

3.1.1. Credenciamento dos licitantes;

3.1.2. Recebimento das "Propostas de Preços" e Documentos de Habilitação via sistema;

3.1.3. Abertura das Propostas de Preços apresentadas;

3.1.4. Lances;

3.1.5. Habilitação do licitante melhor classificado;

3.1.6. Recursos;

3.1.7. Adjudicação.

3.1.8. Homologação

3.1.9. Contratação

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Cada licitante deverá apresentar todos os documentos exigidos inicialmente por meio da internet, sendo:

a) A **proposta de Preços** de acordo com o modelo fornecido através do sistema: A proposta de Preços, **sub pena de desclassificação**, deverá ser enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **SEM A IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR** (vedada, inclusive, a inclusão de endereço, papel timbrado, telefone e outras informações que possam de qualquer modo identificar o licitante), caracterizando o produto proposto no campo discriminado, contemplando todos os itens, em conformidade com o Termo de Referência – Anexo I do Edital.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



b) Os documentos de habilitação deverão ser anexados na plataforma www.licitacoes-e.com.br no momento do cadastro da proposta. A ausência de apresentação dos documentos de habilitação anexados ao sistema no momento do cadastro da proposta, tornará a licitante automaticamente inabilitada.

OBS. 1: OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO QUE NÃO POSSUÍR AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA PARA CONFERÊNCIA, DEVERÃO SER ANEXADOS CÓPIA AUTENTICADA DOS MESMOS. A DATA DA AUTENTICAÇÃO DOS DOCUMENTOS ANEXADOS, DEVERÁ SER ANTERIOR A DATA DA SESSÃO DO PREGÃO SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

OBS. 2: HAVENDO NECESSIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO COMPLEMENTARES, NECESSÁRIOS À CONFIRMAÇÃO DAQUELES EXIGIDOS NESTE EDITAL E JÁ APRESENTADOS, O LICITANTE SERÁ CONVOCADO A ENCAMINHÁ-LOS, EM FORMATO DIGITAL, VIA SISTEMA, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE QUATRO) HORAS, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

OBS. 3: SOMENTE HAVERÁ A NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DE REQUISITOS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS NÃO DIGITAIS (OU CÓPIAS AUTENTICADAS), QUANDO HOVER DÚVIDAS EM RELAÇÃO À INTEGRIDADE DO DOCUMENTO DIGITAL.

4.1.1. Todos os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões *.doc, *.xls, ou *.pdf.

4.2. Cada face de documento reproduzida deverá corresponder a uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, salvo disposição normativa em contrário, devidamente provada pelo licitante no ato da apresentação do documento.

4.2.1. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac-símile*, e-mail, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4.2.2. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, às propostas de preços e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.2.3. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

4.2.4. Os documentos de habilitação exigidos, quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, **o poderão ter suas datas de expedição superiores a 30 (trinta) dias anteriores à data de abertura da presente licitação; estes documentos deverão ser apresentados em (originais ou cópias), no caso de cópias, deverão ser autenticadas.**

4.2.5. A pregoeira poderá também solicitar original de documento já autenticado, para fim de verificação, sendo o licitante obrigado a apresentá-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser desclassificada ou inabilitada.

4.2.6. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema www.licitacoes-e.com.br, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2.7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



Parágrafo Primeiro: Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

Parágrafo Segundo: Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Parágrafo Terceiro: Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

O licitante terá que anexar junto a sua proposta os documentos de habilitação na íntegra, em todos os lotes que estiverem participando, sob pena de desclassificação.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A proposta de preços inicial, **sob pena de desclassificação**, deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem a identificação do fornecedor, caracterizando o produto proposto no campo discriminado/e ou anexada, contemplando todos os itens do lote, se for o caso, em conformidade com o modelo da Proposta de Preços – Anexo II. do Edital.

5.1.1. Os itens deverão ser cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital contendo a respectiva marca.

5.1.2. Nos preços ofertados deverão estar incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento dos produtos referentes a tributos, encargos sociais, e demais ônus atinentes à execução do objeto desta licitação.

5.1.3. No campo apropriado deverá existir declaração de que o proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.2. O encaminhamento da proposta de preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas Propostas e lances.

5.3. Os preços constantes da proposta de preços do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

5.3.1. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do bem cotado.

5.3.2. Nos preços já deverão estar incluídas as remunerações, os encargos sociais, tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a contratação licitada, inclusive a margem de lucro, não cabendo nenhum outro ônus que não o valor estipulado na referida Proposta de Preços;

5.3.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

5.3.4. Ocorrendo discrepância entre o preço unitário e total, se for o caso, prevalecerá aquele lançado no sistema e utilizado para classificação das propostas de preços, devendo a Pregoeira proceder às correções necessárias.

5.3.5. **Não serão adjudicadas propostas de preços com valor superior aos preços máximos estimados para a contratação.**

5.3.6. Na análise das propostas de preços a Pregoeira observará o preço global por lote, expresso em reais. Assim, as Propostas deverão apresentar o valor global por lote.

5.4. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.

5.4.1. A proposta de preços deve contemplar o quantitativo dos itens em sua totalidade conforme licitado.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



5.5. O prazo de validade da proposta de preços não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme artigo 6º da Lei Nº. 10.520/02. Caso a licitante não informe o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

5.6. A apresentação da proposta de preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos bens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização do instrumento contratual, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente às Lei Nº. 10.520/02 e Lei Nº. 8.666/93.

5.7. Somente serão aceitas propostas de preços elaboradas e enviadas através do sistema, inclusive quanto aos seus anexos, não sendo admitido o recebimento pela Pregoeira de qualquer outro documento, nem permitido ao licitante fazer qualquer adendo aos entregues a Pregoeira por meio do sistema.

5.8. QUALQUER LICITANTE QUE SE IDENTIFICAR DE QUALQUER FORMA SERÁ SUMARIAMENTE EXCLUÍDO DA DISPUTA.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico Licitações-e do Banco do Brasil, na data, horário e local, indicados neste Edital.

6.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. TAMBÉM SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE IDENTIFIQUE O LICITANTE.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

6.5. Se for o caso, a pregoeira comunicará aos licitantes, após a abertura da sala de disputa, a sua opção por realizar a disputa simultânea de lote/itens.

6.5.2. Em regra, a disputa simultânea de lote/itens obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, a pregoeira poderá efetuar a abertura da disputa de lote/itens selecionados fora da ordem sequencial.

6.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco minutos)**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **05 (cinco minutos)**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco minutos)**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.15. Poderá a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.18. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.20. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.22. Em relação aos lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.
- 6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 6.29.1. No país;
- 6.29.2. Por empresas brasileiras;
- 6.29.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- 6.29.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.33. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **60 (sessenta) minutos**, após a negociação realizada após solicitados pela Pregoeira.
- 6.34. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.6. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.
- 7.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.10. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.11. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.12. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos relativos à fase de Habilitação, compreendidos neste item 8 deste instrumento, deverão ser enviados por meio do sistema Licitações-e do Banco do Brasil, juntamente com a Proposta de Preços inicial.

8.1.1. Os interessados não cadastrados no Município de Russas/CE, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (subitens 8.2 ao 8.4), os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

8.1 HABILITAÇÃO PARA PESSOAS FÍSICAS:

8.1.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

8.1.2. Cópia da Cédula de Identidade (RG);

8.1.3. Comprovante de Residência;

8.1.4. Comprovante de regularidade perante a fazenda Municipal (Município de origem do Licitante);

8.1.5. Prova de situação regular fiscal perante a Fazenda Nacional (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DIVIDA ATIVA DA UNIÃO), alterada pela portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014; encontrada no site: portconjuntaRFBPGFN18212014.htm.

8.1.6. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT) da licitante.

8.1.7. Declaração expressa, sob as penalidades cabíveis, afirmando a inexistência de fatos impeditivos para sua habilitação neste certame, garantindo ainda estar ciente da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores.

8.1.8. Declaração formal de que a licitante não possui menores trabalhando conforme determina o inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal.

8.1.8. Apresentar Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de Russas do(s) licitante.

8.1.9. Apresentar pelo menos **01 (um) atestado** fornecido por pessoa jurídica de direito Público ou Particular, este último, com firma reconhecida, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação (**locação de veículo**).

Parágrafo Primeiro: Estes documentos deverão ser apresentados em (originais ou cópias), no caso de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, à vista do original, nesse caso deverá ser realizado até o último dia útil anterior a abertura do certame, para que seja atestado a autenticidade do documento.

Parágrafo Segundo: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

8.2. HABILITAÇÃO PARA PESSOAS JURÍDICAS:

8.2. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG ou Carteira de Habilitação do(s) sócio(s) da empresa.

8.2.2. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor, evidentemente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz, acompanhado da(s) cópia(s) do(s) CPF e RG ou Carteira de Habilitação sócio do(s) da empresa.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



8.2.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

8.2.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.3.1. CARTÃO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA – CNPJ;

8.3.2. PROVA DE INSCRIÇÃO junto à Fazenda Estadual ou Municipal ou documento de isenção;

PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL da sede ou filial do licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentarem **igualdade de CNPJ**.

8.3.2.1. CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.

8.3.2.2. CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO, OU EQUIVALENTE, REFERENTE AO ICMS, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO;

8.3.2.3. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELO SETOR COMPETENTE DO MUNICÍPIO DA SEDE DO DOMICÍLIO DO LICITANTE.

8.3.3. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRF) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

8.3.4. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), da jurisdição da sede ou filial do licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

8.3.5. Alvarás emitidos pelos órgãos competentes (Alvará de Funcionamento);

Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar **igualdade de CNPJ** ressaltando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos - sede e filiais da licitante.

Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, os mesmos somente serão considerados se forem acompanhados da versão em português firmada por tradutor juramentado.

As certidões de comprovação de regularidade, exigidas neste edital, que não apresentarem expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos **30 (trinta) dias anteriores à data de abertura do certame**.

8.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.4.1. Apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário – estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, na forma do artigo 31, inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, e, ou, no caso de empresa optante pelo simples nacional, declarada em credenciamento, poderá apresentar: cópia da Declaração de Informação Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) de Pessoa Jurídica e respectivo recibo de entrega em conformidade com o programa gerador de documento de arrecadação o Simples Nacional;

• No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal oficial, em jornal de grande circulação e do registro na Junta Comercial;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



• No caso das demais sociedades empresariais, o balanço deverá ser acompanhado dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário – estes termos devidamente registrados na Junta Comercial – constando ainda, no balanço, o número do Livro Diário e das folhas nos quais se acha transcrito por contador registrado no Conselho Regional de contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa;

• No caso de empresa recém-construída (há menos de 01 ano), deverá ser apresentado o balanço de abertura acompanhado dos termos de abertura devidamente registrado na Junta Comercial, constando no Balanço o número do Livro e das folhas nos quais se acha transcrito ou autenticado na junta comercial, devendo ser assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa.

8.4.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica.

8.4.3. CERTIDÃO SIMPLIFICADA, emitida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

8.4.4. CERTIDÃO ESPECÍFICA (com todas as alterações e movimentações da empresa), emitida pela Junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

-, No caso da licitante ser filial terá que apresentar as certidões de sua filial e matriz.

II) No caso de cooperativa, está dispensada a apresentação da Certidão exigida no item “b.5” acima.

Parágrafo Primeiro: As microempresas ou empresas de pequeno porte (ME ou EPP) que possuam restrição fiscal, quanto aos documentos exigidos neste certame, deverá apresentar declaração, fazendo constar em tal documento também a declaração de que consta a restrição fiscal e que se compromete em sanar o vício, no prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme dispõe o art. 43, §1º da Lei Complementar Nº. 123/06.-

Parágrafo Segundo: A não-regularização da documentação, no prazo legal previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Nº. 8.666/93, sendo facultado ao Município de Russas/CE convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Parágrafo Terceiro: As demonstrações contábeis compreendem: DRE (Demonstração do Resultado de Exercício) e DLPA (Demonstração de Lucros e Perdas Acumulados). O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar, registrado na junta comercial da sede da Licitante e assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. Apresentar pelo menos 01 (um) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, este último com firma reconhecida do assinante, comprovando aptidão pelo concorrente para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação (LOCAÇÃO DE VEÍCULO).

Parágrafo Primeiro: Estes documentos deverão ser apresentados em (originais ou cópias), no caso de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião, pelo Pregoeiro ou por servidor integrante da Equipe de Apoio, à vista do original, nesse caso deverá ser realizado até o último dia útil anterior a abertura do certame, para que seja atestado a autenticidade do documento.

Parágrafo Segundo: Quem prestar declaração falsa no documento de que trata os itens anteriores, sujeitar-se-á às penalidades previstas na legislação.

8.6. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



8.6.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos anexos deste edital. (ANEXO III)

8.6.2. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de que a licitante não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e da inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos anexos deste edital (art. 32, §2º, da Lei Nº. 8.666/93). (ANEXO III)

8.6.3. Declaração de Inexistência de Vínculo empregatício com o Município de Russas do(s) sócio(s) e/ou proprietário da empresa. (ANEXO III)

8.6.4. Declaração sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema são autênticas. (ANEXO III).

8.6.5 No caso de licitantes devidamente cadastrados no Município de Russas/CE, a documentação mencionada supra, poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto ao Município de Russas- CE (assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes), acompanhado dos documentos tratados nos demais subitens, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pela Pregoeira.

8.6.6. A documentação constante do Cadastro de Fornecedores do Município de Russas/CE deverá também encontrar-se dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

8.6.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, sob pena de inabilitação.

8.6.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.9.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.9.2. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.9.3. O licitante provisoriamente vencedor em um lote/item, que estiver concorrendo em outro lote/item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote/item em que venceu às do lote/item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.9.4. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **60 (sessenta) minutos**, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

9.1.2. Ser apresentada em língua portuguesa, com a identificação da licitante, sem emendas ou rasuras, datada, devidamente rubricada em todas as folhas e assinada pelo representante legal da empresa, contendo os seguintes dados:

a) Dados bancários da licitante: Banco, Agência e Conta-Corrente, para fins de pagamentos. Obrigatório somente para o licitante vencedor da licitação.

b) Nome do proponente, endereço, telefone, e-mail, identificação (nome pessoa física ou jurídica), aposição do carimbo (substituível pelo papel timbrado) com o nº do CNPJ ou CPF;

c) Relação dos dados da pessoa indicada para assinatura do Contrato, constando o nome, CPF, RG, telefone, e-mail, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, endereço completo, incluindo Cidade e UF, cargo e função na

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



empresa, bem como cópia do documento que dá poderes para assinar contratos em nome da empresa, se não for o caso do sócio administrador identificado no momento da habilitação.

9.1.3. Conter todos os requisitos constantes do modelo de proposta (anexo VI), inclusive retratar os preços unitários e totais, de cada item/lote ao novo valor proposto, contemplando todos os itens, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação. **É OBRIGATÓRIO QUE A PROPOSTA ADEQUADA TENHA REDUÇÃO PROPORCIONAL EM TODOS OS ITENS. NÃO SERÁ ACEITA REDUÇÃO APENAS EM DETERMINADOS ITENS. A REDUÇÃO DA PROPOSTA SERÁ PROPORCIONAL PARA TODOS OS ITENS.**

9.1.4- Não conter valores unitários e totais superiores ao estimado pela Administração, sob pena de desclassificação, independentemente do valor total, devendo o licitante readequar o valor do(s) item(ns) aos valores constantes no Termo de Referência que compõe o processo licitatório do qual este Edital é parte integrante.

9.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da entrega do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.1.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.1.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.1.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.1.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.1.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifestar a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.3. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços, subscrita pelo Município de Russas /CE, através unidade(s) gestora(s) integrantes do presente processo licitatório, e o(s) licitante(s) vencedor(es), da Lei Nº. 8.666/93, da Lei Nº. 10.520/02, deste edital e demais normas pertinentes, bem como da Lei Complementar Nº. 123/06 e Lei Complementar Nº. 147/14 e suas alterações.

13.1.1. Integra o presente instrumento o modelo da Ata de Registro de Preços a ser celebrada.

13.1.2. Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços anexa a este edital.

13.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Russas /CE convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este edital.

13.2.1. O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Russas /CE.

13.2.2. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a licitante à aplicação das penalidades previstas neste edital, bem como, as penalidades previstas na Lei Nº. 12.846/13.

13.2.3. Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação.

13.2.4. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços será formalizado com o recebimento da ordem de compras e nota de empenho pela detentora.

13.3. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

13.4. A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, improrrogáveis.

13.5. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município de Russas /CE a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para contratação do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência, em igualdade de condições.

13.6. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município de Russas /CE optar pela aquisição dos bens cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

13.7. O Município de Russas/CE monitorará, os preços registrados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- 13.8. O Município de Russas /CE convocará a CONTRATADA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.
- 13.9. Antes de receber a autorização de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o detentor do registro poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes, que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, por fato superveniente.
- 13.10. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta preços contratada e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
- 13.11. Para efeito de definição do preço de mercado serão considerado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município de Russas/CE para determinado item.
- 13.12. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Município de Russas/CE poderá convocar os demais classificados para formalizarem o Registro de seus Preços, nas mesmas condições do 1º colocado ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.
- 13.13. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- 13.14. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, a cinquenta por cento do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 14.1. O Município de Russas, com a interveniência da SECRETARIA REQUISITANTE, assinará contrato com o detentor da ata de registro de preços, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contados da data da convocação expedida por esse órgão, sob pena de decair do direito à contratação, podendo ser prorrogada somente uma vez, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Contratante.
- 14.2. O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante Termos Aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos casos previstos de acordo com o art. 57 e incisos da lei Federal nº 8.666/93, e, com vantagens a Prefeitura Municipal de Russas, na continuidade do Contrato, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.
- 14.3. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 14.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando:
1. A Contratada esteja suspensa de licitar e impedida de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando perdurarem os efeitos;
 2. A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 3. A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação;
 4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 14.5. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 14.6. A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, ao qual, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 14.7. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

14.8. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.9. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, só poderá subcontratar partes do contrato com a expressa autorização da Administração em cumprimento do art. 72 da Lei 8.666/93 e suas alterações);

14.10. A subcontratação não altera a responsabilidade da Contratada, a qual continuará íntegra e solidária perante a Contratante.

14.11. As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela Contratada.

14.12. Não poderá ser subcontratada empresa que tenha participado do processo licitatório e que tenha sido considerada inabilitada.

14.13. Qualquer subcontratação somente será possível com a anuência prévia da Prefeitura Municipal de Russas, através do responsável pelo contrato, que exigirá contrato firmado entre a empresa vencedora e o seu subcontratado, mediante autorização expressa da PMR.

14.14. Da solicitação prevista no item acima, constará expressamente que a empresa contratada é a única responsável por todos os serviços executados pela Subcontratada, pelo faturamento em seu exclusivo nome, e por todos os demais eventos que envolvam o objeto desta Licitação.

14.15. O contrato firmado entre a Contratada e a Subcontratada será apresentado à PMR, que poderá objetar relativamente às cláusulas que possam vir em seu desfavor ou ensejar responsabilidades e encargos de qualquer natureza.

14.16. Neste contrato deverá estar expresso que a empresa CONTRATADA é a única responsável por todos os serviços executados pela Subcontratada, pelo faturamento em seu exclusivo nome, e por todos os demais eventos que envolvam o objeto proposto desta licitação.

14.17. Em hipótese nenhuma haverá relacionamento contratual ou legal da CONTRATANTE com os subcontratados.

14.18. A CONTRATANTE reserva-se o direito de vetar a utilização de subcontratadas por razões técnicas ou administrativas.

14.19. Os veículos a serem sublocado(s) passarão por inspeção de vistoria, realizada por membros da Prefeitura Municipal de Russas, para que os mesmos possam dar atesto, de que os veículos a serem locados encontram-se aptos a realizar a prestação de serviços, objeto deste certame.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DA ENTREGA DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO

16.1. Os critérios de recebimento/execução e aceitação do objeto/serviço e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO CADASTRO RESERVA

18.1. Ao final da sessão, encontrado o melhor lance, será indagado aos demais participantes na sua respectiva ordem de classificação, a intenção de composição de cadastro de reserva dos mesmos, tudo conforme os termos do Decreto Municipal.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



18.2. Será incluído, no anexo V da ata de registro de preços, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens/serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

18.3. A ordem de classificação das licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

18.4. O registro a que se refere o subitem 18.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses de cancelamento de seu registro de preços.

18.5. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o subitem 18.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

18.6. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada, na hipótese de quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos ou quando houver a necessidade de contratação de fornecedor remanescente, sendo exigido os documentos de habilitação, antes de qualquer hipótese de contratação.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

19.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo orçamento municipal (LOA), inerentes ao órgão gerenciador e órgão participante.

20. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas de preços, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

20.1.1: Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.1.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.2. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

20.2.1: O endereçamento a Pregoeira do Município de Russas/CE;

20.2.2: A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada, dentro do prazo editalício;

20.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail: licitapmrussas@gmail.com.

20.4. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de (02) dois dias útil, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

20.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

20.8. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

20.9. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

20.10. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas de preços.

20.11. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas de preços.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



20.12. DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento licitatório, a Pregoeira ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta de preços, fixando o prazo para a resposta.

20.13. Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

20.14. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: O Município de Russas /CE poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo.

21. DAS SANÇÕES

21.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, erro, imperfeição ou mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará, segundo a extensão ou falta, sujeita às seguintes sanções administrativas, além de outras penalidades determinadas na Lei 8.666/93 ou na legislação de regência:

I - Advertência;

II- Multa;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Russas - PMR/CE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição limitada a 05 (cinco) anos ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade da CONTRATANTE que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada com base no art. 48, inciso III. A reabilitação da CONTRATANTE que sofrer esta penalidade poderá ser por esta requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação;

V - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar o termo de contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital das demais cominações legais.

§ 1º - Para possibilitar a melhor aplicação das sanções estabelecidas no art. 48, tendo por base os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da interpretação sistemática e teleológica e, ainda, da interpretação da lei conforme a Constituição, as irregularidades eventualmente cometidas pela CONTRATADA serão assim definidas:

I - **FALTAS LEVES:** caracterizadas pela execução irregular ou descumprimento de obrigações que não acarretem em prejuízos relevantes para a Administração, nem inviabilizem a prestação do serviço, puníveis com advertência;

II - **FALTAS GRAVES:** caracterizadas como aquelas que acarretem transtornos significativos à Administração ou que inviabilizem, total ou parcialmente, a execução do Contrato, notadamente em decorrência de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, puníveis com advertência e suspensão;

III - **FALTAS GRAVÍSSIMAS:** caracterizam-se pela inexecução total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando totalmente a execução do Contrato em decorrência de conduta dolosa da CONTRATADA, decorrente de fraudes na licitação ou na execução do Contrato, puníveis com declaração de inidoneidade.

§ 2º - Ao longo da vigência do contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade;

§ 3º - As Multas serão aplicadas nas hipóteses de faltas leves, graves e gravíssimas, nas seguintes modalidades, sem prejuízo de outras sanções previstas neste Edital:

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



I - Moratória no percentual de 0,5 % (meio por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor global do contrato, limitada 10% (dez por cento) ou seja, por 20 (vinte) dias, caso a CONTRATADA não inicie o serviço no prazo estipulado e nas condições avençadas;

II - Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo mencionado no inciso I, do § 3º, o que poderá ensejar a rescisão do Contrato;

III - Moratória, no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite máximo de 10% (dez por cento);

IV - Compensatória de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato por faltas graves e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

V - Compensatória de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total deste, com ou sem prejuízo para a PMR/CE;

§ 4º - A Suspensão nas hipóteses de faltas graves e gravíssimas, entre as quais:

I - Não apresentação, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, dos documentos exigidos;

II - Não assinatura do Contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

III - Não manutenção da proposta;

IV - Retardamento injustificado na execução do seu objeto;

V - Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

VI - Manutenção da inadimplência após vencido o prazo da Advertência;

VII - Falha grave na execução do Contrato;

§ 5º - A Declaração de inidoneidade nas hipóteses de faltas gravíssimas:

I - Comportar-se de modo inidôneo;

II - Cometer fraude fiscal;

III - Fraudar na execução do Contrato.

§ 6º - A penalidade de suspensão poderá ser aplicada pelos seguintes prazos:

I - Por até 30 (trinta) dias, pelo cometimento da falta relativa aos Incisos V, VI do § 4º;

II - Por até 90 (noventa) dias, pelo cometimento das faltas relativas aos Incisos I, II do § 4º;

III - Por até 12 (doze) meses, pelo cometimento das faltas relativas aos Incisos III e IV do § 4º;

IV - Por até 24 (vinte e quatro) meses, por falhar gravemente na execução do serviço relativa ao Inciso VII do § 4º;

§ 7º - A penalidade de inidoneidade será aplicada por até 5 (cinco) anos quando:

I - A licitante apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados no Contrato, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

II - Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação;

III - Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

§ 8º - O atraso injustificado na execução do Contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, bem como não manter atualizada todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, deverá ensejar a rescisão do Contrato, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa nos percentuais e graduações aplicáveis à ocorrência;

§ 9º - As multas aplicadas serão descontadas da Fatura/Nota Fiscal, da garantia ou de crédito existente na PMR/CE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior aos créditos existentes, a CONTRATADA deverá recolhê-las, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante DAM em favor da Prefeitura Municipal de Russas, a contar da data da comunicação oficial para pagamento. No caso de não pagamento, o valor complementar será cobrado judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês;

§ 10º - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



§ 11º - O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, competindo a autoridade competente gestora do contrato a concessão da prorrogação pleiteada;

§ 12º - Compete a autoridade competente – gestora do contrato a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula;

§ 13º - Da aplicação das penalidades previstas nos Incisos I, II e III do art. 48 do Decreto Municipal, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informados; da penalidade prevista no Inciso IV do mesmo art., caberá pedido de reconsideração de decisão ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato;

§ 14º - As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no art. 48 do Decreto Municipal, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 15º - As penalidades serão obrigatoriamente registradas na imprensa oficial e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

§ 16º - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos Incisos III e IV do art. 48 do Decreto Municipal, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na imprensa oficial.

DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

22.1 - As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que na execução do instrumento convocatório é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

III - Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do instrumento convocatório, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

IV - Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou,

V - De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o presente contrato.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Fica assegurado à Entidade de Licitação o direito de:

23.1.1. Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, notificando-se, por escrito, às Licitantes que já tenham retirado o Edital, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

23.1.2. Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados;

23.1.3. Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

23.2. A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e seus anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

23.3. É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

23.4. A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de Licitação, reparando às suas custas os mesmos, durante a entrega dos produtos contratados, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



23.5. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

23.7. No julgamento da habilitação e das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.10. O licitante deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local, se for o caso, para representá-lo na entrega dos produtos.

23.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.12. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não prejudiquem o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

23.13. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta de preços durante a realização da sessão pública deste pregão.

23.14. A homologação do presente procedimento será de competência do(s) Secretário(s) Gestor(es).

23.15. Todas as normas inerentes à contratação do objeto deste certame, discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

23.16. As licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e na execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

23.17. Quaisquer informações e cópias do edital e anexos poderão ser obtidas junto a Pregoeira do Município de Russas/CE, localizada na Rua Travessa João Nogueira da Costa, Nº 01, Altos, Centro, Russas/Ce, das 08h00min às 12h00min através dos sites: www.tce.ce.gov.br, e www.licitacoes-e.com.br - "Acesso Identificado no link específico".

24. DO FORO

24.1- Fica eleito o foro da Comarca de Russas, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Russas/CE, 16 de maio de 2022.

ROBERTA CARLOS GONCALVES BEZERRA
PREGOEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – (DEMANDA CONSOLIDADA)

1.ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SECRETARIA DE AGRICULTURA - SEAGRI, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; AGRONEGÓCIO E COMÉRCIO – SEDEAG; SECRETARIA DE FINANÇAS – SEFIN; PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM;GABINETE DO PREFEITO – GABIN E SECRETARIA DE SAÚDE.

1. OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER À DEMANDA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, REQUISITOS E CONDIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

LOTE 1											
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	SEINFRA	SEAGRI	GAB.	SEDEAG	SEMED	SEFIN	PGM	SAÚDE	QUANT. TOTAL DE VEÍCULOS
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO CAMINHÃO CAÇAMBA TIPO BASCULANTE, capacidade mínima de 6m³, motor diesel, em bom estado de conservação	UN D.	8								8
	MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017										
	QUILOMETRAGEM LIVRE										
	COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE										
	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGURO, E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA										
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO CAMINHÃO DE CARROCERIA ABERTA, capacidade mínima de 6m³, em bom estado de conservação	UN D.	4								4
	MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017										
	QUILOMETRAGEM LIVRE										
	COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE										
	MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGURO, E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA										

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



LOTE 2											
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	SEINFRA	SEAGRI	GAB.	SEDEAG	SEMED	SEFIN	PGM	SAÚDE	QUANT. TOTAL DE VEÍCULOS
3	LOCAÇÃO DE VEICULO CAMINHÃO COM CARROCERIA FECHADA TIPO BAÚ, capacidade mínima de carga de 2 toneladas, motor diesel, bom estado de conservação MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017 QUILOMETRAGEM LIVRE COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGURO, E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA	UN D.					2				2
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PICK-UP, motorização mínima de 1.300 cilindradas, carroceria aberta, capacidade de carga de no mínimo 400kg, ar condicionado e direção hidráulica, à gasolina e/ou álcool MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017 QUILOMETRAGEM LIVRE DISPOSIÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGURO, E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA	UN D.	3								3
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PICK-UP, motorização mínima de 1.300 cilindradas, carroceria aberta, capacidade de carga de no mínimo 400kg, ar condicionado e direção hidráulica, à gasolina e/ou álcool. MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017 QUILOMETRAGEM LIVRE DISPOSIÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DA	UN D.	2	2							4

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



CONTRATANTE

MANUTENÇÃO PREVENTIVA
E CORRETIVA E SEGURO POR
CONTA DA CONTRATADA

LOTE 3

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	SEINFRA	SEAGRI	GAB.	SEDEAG	SEMED	SEFIN	PGM	SAÚDE	QUANT. TOTAL DE VEÍCULOS
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO - SEDAN, motor com potência mínima de 1.400 cilindradas, 04 portas, ar condicionado, com capacidade de transportar 04 (quatro) pessoas além do motorista, à gasolina e/ou álcool MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017 QUILOMETRAGEM LIVRE DISPOSIÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E SEGURO POR CONTA DA CONTRATADA	UN D.		1		2					3
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO - SEDAN, motor com potência mínima de 1.400 cilindradas, 04 portas, ar condicionado, com capacidade de transportar 04 (quatro) pessoas além do motorista, à gasolina e/ou álcool MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017 QUILOMETRAGEM LIVRE DISPOSIÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGURO, E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA	UN D.	4		2						6

LOTE 4

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	SEINFRA	SEAGRI	GAB.	SEDEAG	SEMED	SEFIN	PGM	SAÚDE	QUANT. TOTAL DE VEÍCULOS
------	------------------------	---------	---------	--------	------	--------	-------	-------	-----	-------	--------------------------

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



1	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO - SUV, motor com potência mínima de 1.300 cilindradas, tração 4X2, 04 portas, ar condicionado, direção hidráulica, câmbio manual, com capacidade de transportar 06 (seis) pessoas além do motorista, à gasolina e/ou álcool	UN D.										5
	MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017											
	QUILOMETRAGEM LIVRE											
	DISPOSIÇÃO TEMPO INTEGRAL											
	COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE											
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, SEGURO, E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATADA												

LOTE 5

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	SEINFRA	SEAGRI	GAB.	SEDEAG	SEMED	SEFIN	PGM	SAÚDE	QUANT. TOTAL DE VEÍCULOS
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO MOTOCICLETA, com potência mínima de 149cc, com motor 4 tempos, arrefecido a ar, monocilíndrico, seguindo as normas técnicas do DETRAN	UN D.	4	4							8
MODELO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2017											
QUILOMETRAGEM LIVRE											
DISPOSIÇÃO TEMPO INTEGRAL -											
COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DA CONTRATANTE											
MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E SEGURO POR CONTA DA CONTRATADA											

2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS VEÍCULOS

OS VEÍCULOS AUTOMOTORES DEVERÃO ESTAR EM PREFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, CONTENDO TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E DE ACESSIBILIDADE ADEQUADOS AO TRANSPORTE DE PESSOAS E DE CARGAS, OBSERVADAS AS RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, AS NORMAS TÉCNICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE SEGURANÇA NO TRANSPORTE DE PESSOAS E DE CARGAS, BEM COMO A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DESTINADA A VEÍCULOS AUTOMOTORES.

3. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS MOTORISTAS (MOTORISTAS POR CONTA DA CONTRATADA)

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



A JORNADA DE TRABALHO SEMANAL SERÁ DE 44 (QUARENTA E QUATRO) HORAS, COM PREVISÃO DE EVENTUAIS TRABALHOS EM HORÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS NO PERÍODO NOTURNO, SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS.

A JORNADA DE TRABALHO SERÁ FLEXÍVEL E COMPREENDERÁ O PERÍODO DE 06:00 (SEIS) ÀS 22:00 (VINTE E DUAS) HORAS, COM 01 (UMA) HORA DE INTERVALO PARA O ALMOÇO.

A REMUNERAÇÃO MENSAL DOS MOTORISTAS, BEM COMO A CONCESSÃO DE EVENTUAIS BENEFÍCIOS, DEVEM SEGUIR AS DETERMINAÇÕES FIXADAS NO ACORDO COLETIVO DA CATEGORIA.

OS PROFISSIONAIS DEVERÃO POSSUIR AS SEGUINTE HABILIDADES/PRÉ-REQUISITOS:

- A) CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO, CATEGORIA COMPATÍVEL COM O VEÍCULO;
- B) EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 02 (DOIS) ANOS EXERCENDO A FUNÇÃO DE MOTORISTA;
- C) CURSO DE CAPACITAÇÃO;
- D) CURSO DE DIREÇÃO DEFENSIVA, REALIZADO NOS ÚLTIMOS 02 (DOIS) ANOS;
- E) INEXISTÊNCIA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS;
- F) NÃO TER INCORRIDO EM MULTA GRAVÍSSIMA NOS 12 (DOZE) MESES ANTERIORES À CONTRATAÇÃO;
- G) RESIDIR NA CIDADE DE RUSSAS.

SÃO ATRIBUIÇÕES DOS MOTORISTAS:

- A) CONDUZIR VEÍCULOS, OBSERVANDO A SINALIZAÇÃO, A VELOCIDADE, O FLUXO DE TRÂNSITO E AS NORMAS VIGENTES;
- B) DIRIGIR COM CAUTELA E MODERAÇÃO;
- C) GARANTIR A SEGURANÇA DOS PASSAGEIROS E PEDESTRES;
- D) ZELAR PELA CONSERVAÇÃO DE MATERIAIS, DE EQUIPAMENTOS E DE DOCUMENTOS TRANSPORTADOS;
- E) ATENDER A LEGISLAÇÃO, USANDO O CINTO DE SEGURANÇA E OBSERVANDO AS DEMAIS NORMAS DE SEGURANÇA INERENTES À FUNÇÃO;
- F) ZELAR PELA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO VEÍCULO;
- G) VERIFICAR O ESTADO DOS PNEUS, OS NÍVEIS DE LUBRIFICANTES, DE COMBUSTÍVEL E DE ÁGUA;
- H) VERIFICAR E TESTAR OS SISTEMAS DE FREIO E O ELÉTRICO, PARA CERTIFICAR-SE DAS SUAS CONDIÇÕES;
- I) COMUNICAR AS FALHAS DO VEÍCULO PARA O FISCAL DO CONTRATO E SOLICITAR OS DEVIDOS REPAROS;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- J) VISTORAR O VEÍCULO, CERTIFICANDO-SE DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO;
- K) MANTER O VEÍCULO LIMPO (INTERNAMENTE E EXTERNAMENTE);
- L) MANTER A DOCUMENTAÇÃO LEGAL EM SEU PODER DURANTE A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E ZELAR PELA MESMA;
- M) EXECUTAR E AUXILIAR NO PROCESSO DE CARGA E DESCARGA DE BAGAGENS, MATERIAIS E DEMAIS ENCOMENDAS NOS VEÍCULOS;
- N) MANTER SIGILO DAS INFORMAÇÕES QUE CHEGUEM AO CONHECIMENTO DESSE SERVIÇO;
- O) FAZER CUMPRIR AS NORMAS DISCIPLINARES VIGENTES NA INSTITUIÇÃO, BEM COMO COLABORAR EM QUAISQUER PÓS DE TAREFAS EVENTUAIS RELACIONADAS ÀS ÁREAS DE SUA ATUAÇÃO.

NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NÃO SERÁ ADMITIDA A PRESENÇA DE FILHOS OU PARENTES DOS TRABALHADORES NO AMBIENTE DE TRABALHO, DE FORMA A QUE POSSAM PREJUDICAR A EXECUÇÃO DOS MESMOS.

OS MOTORISTAS DEVEM PERMANECER NOS POSTOS DE SERVIÇO, DURANTE A JORNADA DE TRABALHO, À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA CONTRATANTE E ATENDER AS TAREFAS SOLICITADAS PELO SETOR RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.

II. JUSTIFICATIVA

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

CONSIDERANDO, QUE O MUNICÍPIO NÃO DISPÕE DE FROTA DE VEÍCULOS CAPAZ DE SUPRIR AS NECESSIDADES PRECÍPUAS, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RECORRE À TERCEIRIZAÇÃO DESTES SERVIÇOS, POR MEIO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ONDE SE BUSQUE UMA PROPOSTA QUE MELHOR ATENDA ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, DENTRO DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEGURANÇA DE SEUS USUÁRIOS.

CONSIDERANDO, QUE EM CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, E O QUE ESTE TERMO FORA ELABORADO, PARA QUE O PROCEDIMENTO LEGAL SEJA EFETUADO A SELEÇÃO DE PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, TENDO POR FINALIDADE DEFINIR ELEMENTOS QUE NORTEIAM A CONTRATAÇÃO DO PRESENTE TERMO.

2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

i. SECRETARIA DE AGRICULTURA – SEAGRI

CONSIDERANDO AS CRESCENTES ATIVIDADES QUE ESTÃO SENDO DESENVOLVIDAS PELA SEAGRI, SEGUE O PLANO DE ATIVIDADES QUE PARA SEREM EXECUTADAS NECESSITAM DE VEÍCULOS PARA DESLOCAMENTOS.

SEGUE A RELAÇÃO DOS PROGRAMAS EM DESENVOLVIMENTOS COM SUAS RESPECTIVAS AÇÕES.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



PROGRAMA 1: CAPTURA DE ANIMAIS SOLTOS NA CIDADE

DEFINIÇÃO: VISA IDENTIFICAR E RECOLHER PARA O PÁTIO DA SEAGRI OS ANIMAIS SOLTOS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO

NO MOMENTO ESTAMOS COM 5 FUNCIONÁRIOS NESTA FUNÇÃO E DISPOMOS SOMENTE DE UMA MOTOCICLETA, OU SEJA OS FUNCIONÁRIOS EXERCEM A FUNÇÃO COM SEUS PRÓPRIOS MEIOS DE LOCOMOÇÃO.

CONSIDERANDO QUE JÁ TEMOS 1 MOTO DISPONÍVEL PRECISAMOS DE NO MÍNIMO MAIS 3 MOTOCICLETAS PARA EXECUÇÃO DESSA AÇÃO.

ESSE PROGRAMA TEM EXIGÊNCIA IMEDIATA DE UM TRANSPORTE (AUTOMÓVEL) COM ENGATE PARA UM REBOQUE DE TRANSPORTE DE ANIMAIS CAPTURADOS

PROGRAMA 2: INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

DEFINIÇÃO: VISA INSEMINAR AS VACAS ARTIFICIALMENTE NAS PROPRIEDADES EM TORNO DA SEDE DO MUNICÍPIO.

PARA EXECUÇÃO DESSA AÇÃO HÁ NECESSIDADE DE UMA MOTOCICLETA.

PROGRAMA 3: SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

DEFINIÇÃO: VISA REGULARIZAR E NORMATIZAR OS PRODUTOS DE ORIGEM AGROINDUSTRIAL PARA CONSUMO DA POPULAÇÃO

AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROGRAMA:

- CADASTRAR TODOS OS MATADOUROS CLANDESTINOS DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO
- CADASTRAR TODAS AS UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE LEITE DO MUNICÍPIO
- CADASTRAR TODAS AS UNIDADES DE BENEFICIAMENTO DE MEL NO MUNICÍPIO
- ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE TODAS AS UNIDADES AGROINDÚSTRIAS DO MUNICÍPIO QUE BUSQUEM O SELO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

ESSAS TAREFAS SERÃO SEMPRE REALIZADAS PELO VETERINÁRIO RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO ACOMPANHADA DE UM AUXILIAR, PARA ISSO HÁ NECESSIDADE DE DISPONIBILIDADE DE UM AUTOMÓVEL.

PROGRAMA 4: FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO MEL SEAGRI/SEBRAE

DEFINIÇÃO: VISA ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DA CADEIA PRODUTIVA DO MEL NO MUNICÍPIO

PRINCIPAIS AÇÕES:

- CADASTRO DE TODOS OS APICULTORES
- REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS E NAS ASSOCIAÇÕES COM GRUPOS DE PRODUTORES
- REUNIÕES E PALESTRAS PROGRAMADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO
- DIA DE CAMPO

PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

PROGRAMA 5: FORTALECIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA SEAGRI/SEBRAE

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- CADASTRO DE TODOS OS OVINOCAPRINOCULTORES
 - REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS E NAS ASSOCIAÇÕES COM GRUPOS DE PRODUTORES
 - REUNIÕES E PALESTRAS PROGRAMADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO
 - DIA DE CAMPO
- PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

PROGRAMA 5: FORTALECIMENTO DA BOVINOCULTURA DE LEITE SEAGRI/BNB

- CADASTRO DE TODOS OS BOVINOCULTORES
- CADASTRO DE LAUDOS TÉCNICOS DE PROPRIEDADES DE PRODUTORES DO PROGRAMA
- REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS E NAS ASSOCIAÇÕES COM GRUPOS DE PRODUTORES
- REUNIÕES E PALESTRAS PROGRAMADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO
- DIA DE CAMPO

PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

PROGRAMA 6: FORTALECIMENTO DA OVINOCAPRINOCULTURA SEAGRI/BNB

- CADASTRO DE TODOS OS OVINOCAPRINOCULTORES
- CADASTRO DE LAUDOS TÉCNICOS DE PROPRIEDADES DE PRODUTORES DO PROGRAMA
- REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS E NAS ASSOCIAÇÕES COM GRUPOS DE PRODUTORES
- REUNIÕES E PALESTRAS PROGRAMADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO
- DIA DE CAMPO

PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

PROGRAMA 7: FORTALECIMENTO DA FRUTICULTURA SEAGRI/BNB

- CADASTRO DE TODOS OS FRUTICULTORES
- CADASTRO DE LAUDOS TÉCNICOS DE PROPRIEDADES DE PRODUTORES DO PROGRAMA
- REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS E NAS ASSOCIAÇÕES COM GRUPOS DE PRODUTORES
- REUNIÕES E PALESTRAS PROGRAMADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO
- DIA DE CAMPO

PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

PROGRAMA 8: FORTALECIMENTO DA CARCINICULTURA SEAGRI/BNB

- CADASTRO DE TODOS OS CARCINICULTORES
- CADASTRO DE LAUDOS TÉCNICOS DE PROPRIEDADES DE PRODUTORES DO PROGRAMA
- REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS NAS UNIDADES PRODUTIVAS E NAS ASSOCIAÇÕES COM GRUPOS DE PRODUTORES
- REUNIÕES E PALESTRAS PROGRAMADOS NA SEDE DO MUNICÍPIO
- DIA DE CAMPO

PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

PROGRAMA 9: INSCRIÇÃO DO GARANTIA SAFRA

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



NESSE PROGRAMA A SECRETARIA PERCORRE TODAS AS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO REALIZANDO A INSCRIÇÃO DOS PRODUTORES NO PROGRAMA GARANTIA. PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

PROGRAMA 10: SECRETARIA INTINERANTE

ESSE PROGRAMA QUE SE INICIARÁ EM BREVE TEM A FINALIDADE DE LEVAR O CORPO TÉCNICO DA SECRETARIA PRA PASSAR UM DIA EM CADA COMUNIDADE RURAL PARA DAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES.

EM CADA AÇÃO SERÃO DESLOCADOS DE 4 A 5 TÉCNICOS DA SECRETARIA PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

PROGRAMA 10: PROGRAMA DE PLANEJAMENTO INTERSECRETARIAS

DEFINIÇÃO: DESLOCAMENTOS PARA TRAMITES BUROCRÁTICOS COM OUTRAS SECRETARIAS E AFINS.

NESSE PROGRAMA ESTÁ INCLUÍDO O DESLOCAMENTO PARA OUTROS MUNICÍPIOS E CAPITAL DO ESTADO.

PARA ESSE PROGRAMA HÁ NECESSIDADE DE UM VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PESSOAL

CONCLUSÃO

CONSIDERANDO TODAS AS ATIVIDADE DOS PROGRAMAS ACIMA CITADOS JÁ EM MANDAMENTO E NOS PRÓXIMOS EM QUE BREVEMENTE COMEÇARAM, ENTENDEMOS QUE PARA EXECUÇÃO DE TODAS ESSAS AÇÕES DE FORMA QUE NENHUM PROGRAMA SEJA PREJUDICADO A NECESSIDADE MÍNIMA DE 2 PICAPES DE PORTE MÉDIO, 1 ADAPTÁVEL COM REBOQUE, UM CARRO SEDAN E 4 MOTOCICLETAS

b.3. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRONEGÓCIO E COMÉRCIO - SEDEAG.

EM BREVE SÍNTESE, A LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO (TIPO SEDAN) ATENDERÁ AS NECESSIDADES E DEFICIÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRONEGÓCIO E COMÉRCIO, OBJETIVANDO DESLOCAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DE NOSSAS DEMANDAS URBANAS E RURAIS, COM VISTAS AO FORTALECIMENTO TÉCNICO OPERACIONAL E ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA MUNICIPALIDADE.

b. 4. SECRETARIA DE FINANÇAS - SEFIN

VISANDO O APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE FINANÇAS, FAZ-SE NECESSÁRIA A LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO TIPO SUV, QUE ATENDERÁ AS NECESSIDADES VOLTADAS AOS DESLOCAMENTOS DO GESTOR DA PASTA E SEUS AUXILIARES PARA DILIGÊNCIAS URBANAS (ENTRE ÓRGÃOS) COM VISTAS AO FORTALECIMENTO NO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DA MUNICIPALIDADE.

b. 5. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR - SEMED

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



CONSIDERANDO AS CRESCENTES ATIVIDADES QUE ESTÃO SENDO REALIZADAS PELA SEMED APÓS DOIS ANOS BEM ATÍPICOS POR CONTA DA PANDEMIA, PERCEBEU-SE ENTÃO A NECESSIDADE DA LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO CAMINHÃO COM CARROCERIA FECHADA TIPO BAÚ, BASEANDO-SE NO PRECEITO DE QUE O ATUAL JÁ UTILIZADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR NÃO CONSEGUE ATENDER TODA A DEMANDA LOGÍSTICA DE PRODUTOS (MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS) E EQUIPAMENTOS (PERMANENTES EM GERAL) DE USO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS QUE HOJE SOMAM 34 (TRINTA E QUATRO) UNIDADES, SENDO 21(VINTE E UMA) COM TURMAS DE TEMPO INTEGRAL, O QUE EXIGE UMA ATENÇÃO MÁXIMA.

b. 6. GABINETE DO PREFEITO

VISANDO O APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO GABINETE DO PREFEITO, FAZ-SE NECESSÁRIA A LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO TIPO SEDAN, QUE ATENDERÁ AS NECESSIDADES VOLTADAS AOS DESLOCAMENTOS DO GESTOR DA PASTA E SEUS AUXILIARES PARA DILIGÊNCIAS URBANAS (ENTRE ÓRGÃOS) COM VISTAS AO FORTALECIMENTO NO ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DA MUNICIPALIDADE.

b.7. PGM

VISANDO O APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, FAZ-SE NECESSÁRIA A LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO TIPO SUV, QUE ATENDERÁ AS NECESSIDADES VOLTADAS AOS DESLOCAMENTOS DA PROCURADORA GERAL E PROCURADORES MUNICIPAIS PARA DILIGÊNCIAS URBANAS (DESLOCAMENTO ENTRE ÓRGÃOS E VISITAS AO FÓRUM, MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E OUTROS DEPARTAMENTOS PÚBLICOS) COM VISTAS AO FORTALECIMENTO NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

b.8. SECRETARIA DE SAÚDE

EM BREVE SÍNTESE, A LOCAÇÃO DE 3 (TRÊS) VEÍCULOS (TIPO SUV) ATENDERÁ AS NECESSIDADES E DEFICIÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, OBJETIVANDO DESLOCAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DE NOSSAS DEMANDAS URBANAS E RURAIS, COM VISTAS AO FORTALECIMENTO TÉCNICO OPERACIONAL E ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA MUNICIPALIDADE.

3. JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO DOS ITENS EM LOTES

SOBRE A OPÇÃO DE LICITAR EM LOTES, SABE-SE QUE AS CORTES DE CONTAS VÊM ENTENDENDO QUE A LICITAÇÃO DO OBJETO PASSÍVEL DE DIVISÃO, EM LOTES E POR ITENS, VIABILIZA DE FORMA INEQUÍVOCA UMA MAIOR DISPUTA, TENDO EM VISTA A EVIDENTE AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE POSSÍVEIS FORNECEDORES AO PRODUTO/SERVIÇO PRETENDIDO, TAL COMO OCORRE NO CASO PRESENTE.

AQUI, O AGRUPAMENTO DOS PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS É MOTIVADO POR SE PRETENDER DAR MAIOR COMPETITIVIDADE E ACESSO AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, OBSERVANDO, SOBRETUDO, A ORGANIZAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL, O QUE ACABARÁ PRIVILEGIANDO, DE TODO MODO, A ECONOMICIDADE EM PROL DO MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE.

COM EFEITO, PELA LEITURA DA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE, PODE-SE VER QUE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL BUSCOU DEFINIR DE MANEIRA PRECISA O QUE REALMENTE CONTEMPLA O INTERESSE PÚBLICO E DE CONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS, BUSCANDO

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E EVITANDO A REDUÇÃO DO UNIVERSO DE PARTICIPANTES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, PRESERVANDO, PORTANTO, O REFERIDO INTERESSE PÚBLICO.

OCORRE QUE, POR UM LADO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO PODE RESTRINGIR EM DEMASIA O OBJETO DO CONTRATO, SOB PENA DE FRUSTRAR A COMPETITIVIDADE. LADO OUTRO, ELA NÃO PODE DEFINIR O OBJETO DE FORMA EXCESSIVAMENTE AMPLA, HAJA VISTA QUE, NESTE CASO, OS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS FICARIAM PREJUDICADOS, EM VIRTUDE DO PRÓPRIO ENTE PÚBLICO TER QUE ADMITIR PROPOSTAS DÍSPARES, INCLUSIVE AS QUE EVENTUALMENTE NÃO SATISFAÇAM O INTERESSE PÚBLICO.

DESTACA-SE, DESDE LOGO, QUE, NO CASO PRESENTE, ENCONTRAM-SE PRESENTES A CAUTELA, RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE QUANDO SE ELEGEU OS ITENS QUE FAZEM PARTE DO LOTE, POIS OS ITENS AGRUPADOS GUARDAM COMPLETA COMPATIBILIDADE ENTRE SI, OBSERVANDO-SE, INCLUSIVE AS REGRAS DE MERCADO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS, DE MODO A MANTER A COMPETITIVIDADE NECESSÁRIA À DISPUTA.

COM EFEITO, A DEFINIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PÚBLICA E AS SUAS ESPECIFICIDADES SÃO EMINENTEMENTE DISCRICIONÁRIAS, AS QUAIS COMPETEM AO AGENTE ADMINISTRATIVO E SUA EQUIPE TÉCNICA AVALIAR O QUE O INTERESSE PÚBLICO DEMANDA OBTER MEDIANTE O CONTRATO PÚBLICO.

CUMPRE SOPESAR QUE, AO DECIDIR PELO AGRUPAMENTO DOS ITENS EM LOTE ESPECÍFICO E DE NATUREZA SIMILAR, A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, LANÇANDO-SE DO PODER DISCRICIONÁRIO QUE TEM, ACABOU POR PERMITIR QUE PARA O CERTAME OBJETIVADO HOUVESSE MAIS DE UM VENCEDOR, NÃO SE DESCURANDO DO INTERESSE PÚBLICO, QUE DEMANDA SER OTIMIZADO.

QUANTO AO TEMA, O PROFESSOR IVAN BARBOSA RIGOLIN ASSINALA A IMPERTINÊNCIA DOS ART. 3º, § 1º, INC. I, ART. 8º, § 1º, E ART. 15, INC. IV, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, COM A QUESTÃO RELATIVA AO JULGAMENTO POR ITENS OU PELO VALOR GLOBAL, FRISANDO, INCLUSIVE, QUE UM DOS DISPOSITIVOS CITADOS, O § 1º DO ART. 8º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, JÁ HAVIA SIDO REVOGADO, SENÃO, VEJA-SE:

[...] A DECISÃO Nº 393/94, DO E. TCU, DE OUTRO LADO, NÃO OFERECE A RIGIDEZ QUE APARENTA, PELAS PRÓPRIAS PALAVRAS QUE CONTÉM. AFIRMA QUE A ADJUDICAÇÃO DEVE SER FRACIONADA SEMPRE QUE 'O OBJETO FOR DIVISÍVEL' E, AINDA, 'SEM PREJUÍZO DO CONJUNTO OU DO COMPLEXO'. ORA, ENTÃO A DECISÃO NÃO PRETENDEU AFIRMAR OU IMPOR NADA! DENTRE OS OBJETOS DIVISÍVEIS, QUEM DELIBERA SE A ADJUDICAÇÃO DEVE SER FRACIONADA OU GLOBAL, COM VISTAS A EVITAR 'PREJUÍZO AO CONJUNTO OU COMPLEXO', É SEMPRE A ENTIDADE QUE LICITA, E NINGUÉM MAIS! QUEM SABE SE O SÓ FATO DE FRACIONAR A ADJUDICAÇÃO PREJUDICARÁ OU NÃO O CONJUNTO OU O COMPLEXO DE OBJETO É SEMPRE NECESSÁRIA E INARREDAVELMENTE, A ENTIDADE PÚBLICA LICITADORA! QUEM CONHECE O OBJETO NECESSÁRIO É A ENTIDADE QUE LICITA, E A PRINCÍPIO NINGUÉM ALÉM DELA!...]

NADA DEMAIS, O AGRUPAMENTO DE VÁRIOS ITENS NUM MESMO LOTE NÃO COMPROMETE A COMPETITIVIDADE DO CERTAME, DESDE QUE VÁRIAS EMPRESAS QUE ATUAM NO MERCADO APRESENTEM CONDIÇÕES E APTIDÃO PARA COTAR TODOS OS ITENS, COMO DEVERÁ OCORRER NO CASO PRESENTE. VÊ-SE, ASSIM, A PRÓPRIA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE QUE ACABA POR GERAR, CONSEQUENTEMENTE, INÚMERAS REPERCUSSÕES POSITIVAS NO PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



ENTENDE-SE, PORTANTO, COMO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA A OPÇÃO DE LICITAR DA FORMA COMO ORA APRESENTADO.

III. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A ESCOLHA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO É JUSTIFICADA UMA VEZ QUE SE HARMONIZA COM O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POIS PERMITE A AQUISIÇÃO DE MODO MAIS EFICAZ, CÉLERE E MENOS ONEROSO, UMA VEZ QUE DISPENSA A REALIZAÇÃO DE SUCESSIVAS E CONTÍNUAS LICITAÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DE OBJETOS SEMELHANTES E HOMOGÊNEOS. NO CASO, BASTA A REALIZAÇÃO DE UMA ÚNICA LICITAÇÃO, CONSTITUINDO ESTA A GRANDE VANTAGEM DA UTILIZAÇÃO DESSE SISTEMA.

DESTARTE, CONSTATADA A VANTAGEM DO SRP, A MODALIDADE DE LICITAÇÃO APLICADA A PRESENTE AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS É O PREGÃO ELETRÔNICO, COM FUNDAMENTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, NO DECRETO FEDERAL Nº 10.520/2002 E NO DECERTO MUNICIPAL Nº 077, DE 23 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

IV. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

1. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO PREÇO CONSTANTE NA PROPOSTA

NA PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÃO CONSTAR AS ESPECIFICAÇÕES DETALHADA DO LOTE, TIPO E QUANTIDADE SOLICITADA, O VALOR UNITÁRIO E TOTAL, EM MOEDA NACIONAL, EM ALGARISMO E POR EXTENSO, JÁ CONSIDERANDO TODAS AS DESPESAS, TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS, ENCARGOS E DEMAIS DESPESAS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE SOBRE OS BENS, MESMO QUE NÃO ESTEJAM REGISTRADOS NESTES DOCUMENTOS.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA SERÁ O **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, OBSERVADOS OS PRAZOS MÁXIMOS PARA FORNECIMENTO, AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PARÂMETROS MÍNIMOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE DEFINIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

V. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CONTRATO

1. VIGÊNCIA DA ARP

A FUTURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PRODUZIRÁ SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS A PARTIR DATA DE SUA ASSINATURA E VIGERÁ PELO **PRAZO DE 12 (DOZE) MESES**.

2. VIGÊNCIA DO(S) CONTRATO(S)

O CONTRATO RESULTANTE DA PRESENTE LICITAÇÃO TERÁ VIGÊNCIA A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PODENDO TER A SUA DURAÇÃO PRORROGADA POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS COM VISTAS À OBTENÇÃO DE PREÇOS E CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO ATÉ 60 (SESENTA) MESES, NA FORMA DO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, ALTERADA E CONSOLIDADA.

VI. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

OS PRODUTOS SOLICITADOS DEVERÃO SER FORNECIDOS E ENTREGUES NO LOCAL INDICADO PELO ÓRGÃO CONTRATANTE CONFORME DEMANDA, NO PRAZO MÁXIMO DE 5 (CINCO) DIAS

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



ÚTEIS APÓS A EXPEDIÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES-ORDENS DE COMPRA/FORNECIMENTO, OBSERVANDO RIGOROSAMENTE AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, QUE INTEGRARÁ O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (EDITAL) DO CERTAME LICITATÓRIO, NO CONTRATO ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO PREÇO DEVIDAMENTE ASSINADA, BEM COMO AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.

NO ATO DA ENTREGA, UM REPRESENTANTE DO ÓRGÃO CONTRATANTE EFETUARÁ A CONFERÊNCIA DOS ITENS, NO QUE SE REFERE À QUANTIDADE E/OU ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO CONTRATO, CABENDO-LHE O DIREITO DE RECUSA CASO OS MATERIAIS ESTEJAM EM DESACORDO.

O CUSTO DECORRENTE DO FORNECIMENTO, BEM COMO QUAISQUER ÔNUS, TAXAS E EMOLUMENTOS QUE RECAIAM SOBRE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO, CORRERÃO ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE POR CONTA E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO, APLICANDO-SE O MESMO PARA OS CASOS QUE NECESSITEM AJUSTES.

a. DA SUBCONTRATAÇÃO

A SUBCONTRATAÇÃO NÃO ALTERA A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, A QUAL CONTINUARÁ ÍNTEGRA E SOLIDÁRIA PERANTE A CONTRATANTE.

AS SUBCONTRATAÇÕES PORVENTURA REALIZADAS SERÃO INTEGRALMENTE CUSTEADAS PELA CONTRATADA. A PROPONENTE VENCEDORA DA LICITAÇÃO, PODERÁ SUBCONTRATAR OS SERVIÇOS, OBJETO DESTES CERTAMES, ATÉ O LIMITE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, COM A ANUÊNCIA PRÉVIA DOS GESTORES DOS CONTRATOS, E EM PLENO CUMPRIMENTO DO ART. 72 DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

NÃO PODERÁ SER SUBCONTRATADA EMPRESA QUE TENHA PARTICIPADO DO PROCESSO LICITATÓRIO E QUE TENHA SIDO CONSIDERADA INABILITADA.

A CONTRATADA DEVERÁ SOLICITAR FORMALMENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS OS PEDIDOS DE SUBCONTRATAÇÃO, COM OS QUAIS A MESMA PODERÁ ANUIR MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL.

QUALQUER SUBCONTRATAÇÃO SOMENTE SERÁ POSSÍVEL COM A ANUÊNCIA PRÉVIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, QUE EXIGIRÁ CONTRATO FIRMADO ENTRE A VENCEDORA E O SEU SUBCONTRATADO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL E AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS.

DA SOLICITAÇÃO PREVISTA NO ITEM ACIMA, CONSTARÁ EXPRESSAMENTE QUE A CONTRATADA É A ÚNICA RESPONSÁVEL POR TODOS OS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA SUBCONTRATADA, PELO FATURAMENTO EM SEU EXCLUSIVO NOME, E POR TODOS OS DEMAIS EVENTOS QUE ENVOLVAM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

O CONTRATO FIRMADO ENTRE A CONTRATADA E A SUBCONTRATADA SERÁ APRESENTADO À PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, QUE PODERÁ OBJETAR RELATIVAMENTE ÀS CLÁUSULAS QUE POSSAM VIR EM SEU DESFAVOR OU ENSEJAR RESPONSABILIDADES E ENCARGOS DE QUALQUER NATUREZA.

NESSE CONTRATO DEVERÁ ESTAR EXPRESSO QUE A EMPRESA CONTRATADA É A ÚNICA RESPONSÁVEL POR TODOS OS SERVIÇOS EXECUTADAS PELA SUBCONTRATADA, PELO

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



FATURAMENTO EM SEU EXCLUSIVO NOME, E POR TODOS OS DEMAIS EVENTOS QUE ENVOLVAM O OBJETO PROPOSTO DESTA LICITAÇÃO.

EM HIPÓTESE NENHUMA HAVERÁ RELACIONAMENTO CONTRATUAL OU LEGAL DA CONTRATANTE COM OS SUBCONTRATADOS.

À CONTRATANTE RESERVA-SE O DIREITO DE VETAR A UTILIZAÇÃO DE SUBCONTRATADAS POR RAZÕES TÉCNICAS OU ADMINISTRATIVAS.

OS VEÍCULOS A SEREM SUBLOCADO(S) PASSARÃO POR INSPEÇÃO DE VISTORIA, REALIZADA POR MEMBROS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS, PARA QUE OS MESMOS POSSAM DAR ATESTO, DE QUE OS VEÍCULOS A SEREM LOCADOS ENCONTRAM-SE APTOS A REALIZAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

VII. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- i. DISPONIBILIZAR, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, TODAS AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELA CONTRATANTE;
- ii. CUMPRIR OS PRAZOS DE ENTREGA DETERMINADOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA;
- iii. ENTREGAR OS VEÍCULOS, EM RUSSAS NOS LOCAIS A SEREM INDICADOS PELA CONTRATANTE. ENTREGAR OS VEÍCULOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO E USO, COM DOCUMENTAÇÃO DE PROPRIEDADE ATUALIZADA, LICENCIADOS NO ESTADO DO CEARÁ;
- iv. PARA OS VEÍCULOS QUE APRESENTAREM DEFEITOS, ALTERAÇÕES E IRREGULARIDADES E/OU APRESENTAREM QUAISQUER CARACTERÍSTICAS DISCREPANTES ÀS DESCRITAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, AINDA QUE CONSTATADOS DEPOIS DO RECEBIMENTO, A CONTRATADA SERÁ NOTIFICADA PARA SANÁ-LOS OU SUBSTITUÍ-LOS, PARCIALMENTE OU NA SUA TOTALIDADE, A QUALQUER TEMPO, NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, ÀS SUAS EXPENSAS;
- v. FORNECER OS VEÍCULOS, OBJETO DA LOCAÇÃO, FABRICADOS DE ACORDO ADO MÍNIMO APONTADO NAS ESPECIFICAÇÕES;
- vi. REALIZAR SERVIÇO DE LIMPEZA DOS VEÍCULOS SEMANALMENTE;
 1. REALIZAR 01 (UMA) LIMPEZA SIMPLES A CADA SEMANA, COM NO MÍNIMO ASPIRAÇÃO DA PARTE INTERNA E A LAVAGEM DA PINTURA EXTERNA DO VEÍCULO;
 2. SUBSTITUIR A LIMPEZA SIMPLES POR UMA LIMPEZA COMPLETA NOS VEÍCULOS, A CADA INTERVALO DE 60 (SESENTA) DIAS, COMPREENDENDO ALÉM DA EXECUÇÃO DO ITEM ANTERIOR, LAVAGEM GERAL COM CERA, LIMPEZA DETALHADA INTERNA, SENDO A LAVAGEM DO MOTOR FACULTATIVO E ETC.
- vii. RESPONSABILIZAR-SE POR REALIZAR A IMEDIATA E TEMPESTIVA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DISPONIBILIZADOS, MANTENDO OS MESMO EM PERFEITO ESTADO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS;
- viii. RESPONSABILIZAR-SE PELO SOCORRO MECÂNICO COM GUINCHO, BEM COMO PELA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ENTENDENDO-SE PREVENTIVA AQUELA CONSTANTE NO PLANO DE MANUTENÇÃO DO FABRICANTE (DESCRITA NO MANUAL DO VEÍCULO) E CORRETIVA AQUELA DESTINADA AO REPARO DE DEFEITOS QUE OCORRAM DE MANEIRA ALEATÓRIA, DURANTE OS INTERVALOS ENTRE AS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E QUAISQUER OUTRAS DESPESAS QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INCIDAM OU VENHAM A INCIDIR SOBRE A EXECUÇÃO DO OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA;
- ix. DISPONIBILIZAR, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, INCLUSIVE SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS, SERVIÇO DE SOCORRO PARA TRANSPORTE E DESLOCAMENTO

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



DE VEÍCULOS E CONDUTORES, NOS CASOS DE DEFEITOS E/OU ACIDENTES, DE MODO A PROPORCIONAR ATENDIMENTO IMEDIATO;

- x. DISPONIBILIZAR VEÍCULOS DE RESERVA COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO, EM NÚMERO SUFICIENTE PARA COMPORTAR EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES POR INDISPONIBILIDADE (INCLUÍDAS AS MOVIMENTAÇÕES PARA MANUTENÇÕES, REVISÕES E LIMPEZAS), DE MODO A GARANTIR A CONTINUIDADE DO SERVIÇO;
- xi. PROCEDER AO RODÍZIO DE PNEUS A CADA 5.000 (CINCO MIL) KM, BEM COMO A VERIFICAÇÃO DO BALANCEAMENTO DO CONJUNTO: RODA/PNEUS, E CONFERÊNCIA DO ALINHAMENTO DA DIREÇÃO; OS PNEUS DEVERÃO SER SUBSTITUÍDOS QUANDO APRESENTAREM RISCO, OU QUANDO A PROFUNDIDADE DOS SULCOS DA BANDA DE RODAGEM ESTIVER PRÓXIMA DE 3 MM, SENDO QUE A IDENTIFICAÇÃO DESTES ITENS É FEITA PELA TWI (THREAD WEAR INDICATORS);
- xii. A CONTRATADA DEVERÁ EFETUAR O PAGAMENTO DAS MULTAS DECORRENTES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO COMETIDAS NA CONDUÇÃO DOS VEÍCULOS LOCADOS (SEM MOTORISTA) E SOLICITAR O REEMBOLSO DOS VALORES JUNTO À CONTRATANTE;
 1. ANTES DE REALIZAR O PAGAMENTO, A CONTRATADA DEVERÁ AGUARDAR A CONCLUSÃO DOS PROCESSOS REFERENTES AOS RECURSOS PREVISTOS PELA LEGISLAÇÃO;
 2. A CONTRATADA DEVERÁ ENCAMINHAR À CONTRATANTE, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, AS NOTIFICAÇÕES EMITIDAS PELOS ÓRGÃOS DE TRÂNSITO, DE MODO A RESGUARDAR O DIREITO, POR PARTE DOS CONDUTORES, DE INTERPOR RECURSOS;
 3. NOS CASOS EM QUE A SECRETARIA NÃO FOR NOTIFICADA DENTRO DO PRAZO SUPRACITADO, A CONTRATADA SE RESPONSABILIZARÁ INTEGRALMENTE PELO PAGAMENTO DAS IMPORTÂNCIAS REFERENTES A MULTAS, TAXAS E/OU DESPESAS, INCLUSIVE COM GUINCHO E ESTADIAS, DECORRENTE DE INFRAÇÕES;
- xiii. ASSUMIR TODAS AS DESPESAS COM OS VEÍCULOS DE SUA PROPRIEDADE, INCLUSIVE AS RELATIVAS A MANUTENÇÃO, IMPOSTOS, TAXAS, LICENCIAMENTOS, SEGURO GERAL E OUTRAS QUE INCIDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE SOBRE OS SERVIÇOS ORA CONTRATADOS, ISENTANDO A CONTRATANTE DE QUALQUER RESPONSABILIDADE JURÍDICA OU FINANCEIRA EM QUAISQUER OCORRÊNCIAS;
- xiv. RESPONSABILIZAR-SE PELA COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS E PESSOAIS OCACIONADOS A TERCEIROS, JÁ INCLUÍDA NO VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO, DEVENDO DISPONIBILIZAR OS VEÍCULOS COM, NO MÍNIMO, SEGURO CONTRA ACIDENTES A TERCEIROS, SEM FRANQUIA, E HAVENDO FRANQUIA ESSA FICARÁ A CARGO DA CONTRATADA.
 1. A CONTRATADA, NA ENTREGA DOS VEÍCULOS, DEVERÁ APRESENTAR A APÓLICE DO SEGURO

2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- i. ENCAMINHAR À CONTRATADA, POR ESCRITO, SOLICITAÇÃO DOS VEÍCULOS E INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA, CONFORME DEMANDA;
- ii. EFETUAR OS PAGAMENTOS NAS DATAS E PRAZOS ESTIPULADOS EM CONTRATO;
- iii. PROPORCIONAR TODAS AS FACILIDADES INDISPENSÁVEIS À BOA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, INCLUSIVE PERMITINDO O ACESSO DE EMPREGADOS, PREPOSTOS OU REPRESENTANTES DA CONTRATADA EM SUAS DEPENDÊNCIAS, DESDE QUE RESPEITADAS ÀS NORMAS DE SEGURANÇA;
- iv. PRESTAR INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS PERTINENTES E NECESSÁRIOS QUE VENHAM A SER SOLICITADOS PELO REPRESENTANTE DA CONTRATADA;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- v. REJEITAR, NO TODO OU EM PARTE, OS SERVIÇOS REALIZADOS EM DESACORDO COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA EMPRESA CONTRATADA, ASSEGURANDO A BOA PRESTAÇÃO E O BOM DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS;
- vi. ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO, POR MEIO DO GESTOR DO CONTRATO, EXIGINDO SEU FIEL E TOTAL CUMPRIMENTO;
- vii. NOTIFICAR, FORMAL E TEMPESTIVAMENTE, A CONTRATADA SOBRE IRREGULARIDADES OBSERVADAS NOS VEÍCULOS ENTREGUES OU NO SERVIÇO PRESTADO.
- viii. ADERIR AO REGISTRO DE PREÇOS E DETERMINAR A EXECUÇÃO DO OBJETO QUANDO HOUVER GARANTIA REAL DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA A QUITAÇÃO DE SEUS DÉBITOS FRENTE À CONSIGNATÁRIA/CONTRATADA, SOB PENA DE ILEGALIDADE DOS ATOS.
- ix. EMITIR ORDEM DE FORNECIMENTO ESTABELECEANDO DIA, HORA, QUANTIDADE, LOCAL E DEMAIS INFORMAÇÕES QUE ACHAR PERTINENTES PARA O BOM CUMPRIMENTO DO OBJETO;
- x. INDICAR PESSOA RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DOS CONTRATOS;
- xi. RECEBER O VEÍCULO VERIFICANDO O ATENDIMENTO QUANTO ÀS NORMATIZAÇÕES DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, QUANTIDADE DE COMBUSTÍVEL DISPONÍVEL, CABENDO RELATÓRIO, CONFORME O CASO, E ESTADO GERAL DO VEÍCULO;
- xii. UTILIZAR OS VEÍCULOS, EXCLUSIVAMENTE, PARA OS SERVIÇOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, REPRESENTADO POR SEUS ÓRGÃOS/ENTIDADES, ENVOLVENDO TRANSPORTE DE PESSOAS, MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, OBEDECENDO AOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA FABRICANTE DO VEÍCULO QUANTO À CAPACIDADE DE CADA MARCA/MODELO;
- xiii. UTILIZAR OS VEÍCULOS EM ATIVIDADES EXCLUSIVAMENTE DE SERVIÇO, PREFERENCIALMENTE NO PERÍODO DIURNO E EM DIAS ÚTEIS;
- xiv. PERMITIR A CONDUÇÃO DOS VEÍCULOS SOMENTE POR SERVIDORES OFICIALMENTE AUTORIZADOS;
- xv. FORNECER, EM TEMPO HÁBIL, ELEMENTOS SUFICIENTES E NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS;
- xvi. NENHUM PAGAMENTO SERÁ EFETUADO À CONTRATADA, ENQUANTO PENDENTE DE LIQUIDAÇÃO QUALQUER OBRIGAÇÃO QUE LHE FOR IMPOSTA, EM VIRTUDE DE PENALIDADE OU INADIMPLÊNCIA.
- xvii. EXERCER A FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS POR PROFISSIONAIS ESPECIALMENTE DESIGNADOS;
- xviii. NÃO SUBLOCAR/CEDER OS VEÍCULOS OBJETO DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA;
- xix. RECOLHER OS VEÍCULOS, APÓS A JORNADA DE TRABALHO NAS INSTALAÇÕES DOS ÓRGÃOS/ENTIDADE, SALVO EXCEÇÕES NECESSÁRIAS POR MOTIVOS OPERACIONAIS, OFICIALMENTE AUTORIZADAS;
- xx. REGISTRAR A UTILIZAÇÃO, CONTROLE E GESTÃO DOS VEÍCULOS;
- xxi. REJEITAR, NO TODO OU EM PARTE, OS SERVIÇOS ENTREGUES EM DESACORDO COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA EMPRESA CONTRATADA.
- xxii. QUANDO DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO, IDENTIFICAR DE IMEDIATO O CONDUTOR, OU, DEVOLVER A NOTIFICAÇÃO À CONTRATADA, CASO A INFRAÇÃO SEJA DE SUA RESPONSABILIDADE;
- xxiii. INGRESSAR COM RECURSO EM TEMPO HÁBIL QUANDO NÃO HOUVER CONCORDÂNCIA DE SUA PARTE, OU DO SERVIDOR CONDUTOR, NA APLICAÇÃO DA INFRAÇÃO;
- xxiv. PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO DE SUA RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA, OU DO SERVIDOR CONDUTOR, APLICADAS NO PERÍODO CORRESPONDENTE À EXECUÇÃO DO CONTRATO, NÃO SE ADMITINDO A POSTERGAÇÃO DO PAGAMENTO DAS MESMAS;
- xxv. QUANTO OCORRER AVARIAS E SINISTROS A CONTRATANTE É A RESPONSÁVEL POR:

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



1. EM CASO DE SINISTRO, NOTIFICAR A CONTRATADA IMEDIATAMENTE SOBRE O FATO E ENCAMINHAR CÓPIA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA, BEM COMO FOTOS E LAUDO PERICIAL (QUANDO EXISTIREM);
 2. O LAUDO PERICIAL DEVE SER SOLICITADO PELA CONTRATANTE NO LOCAL DO ACIDENTE, SEMPRE QUE HOUVER VITIMA FATAL;
 3. QUANDO OS SINISTROS ENVOLVEREM TERCEIROS, O BOLETIM DE OCORRÊNCIA DEVE CONTER DECLARAÇÃO DE TODOS OS ENVOLVIDOS;
 4. RESPONSABILIZAR-SE FINANCEIRAMENTE PELOS SINISTROS E AVARIAS DECORRENTES DE IMPERÍCIA, IMPRUDÊNCIA, NEGLIGÊNCIA, MAU USO, DOLO, E ATOS ILÍCITOS DE SEUS SERVIDORES QUANDO COMPROVADOS, MEDIANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO.
- xxvi. NÃO SERÃO PASSÍVEIS DE RESSARCIMENTO AS DESPESAS REFERENTES A MANUTENÇÕES POR DESGASTES QUE DECORRAM DA UTILIZAÇÃO CONTINUADA DO BEM E DO DECURSO DE TEMPO.
- xxvii. NO TÉRMINO DOS SERVIÇOS, OS VEÍCULOS DEVERÃO SER DEVOLVIDOS À CONTRATADA, APÓS REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO PELA CONTRATADA E ACOMPANHADA POR REPRESENTANTE DA CONTRATANTE. CASO SEJAM CONSTATADAS AVARIAS QUE NÃO SEJAM DO USO COMUM DO VEÍCULO, SENDO POR MAU USO, NEGLIGÊNCIA, IMPRUDÊNCIA, IMPERÍCIA, DOLO, ATOS ILÍCITOS E/OU DECORRENTES DE INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS OU EQUIPAMENTOS PELA CONTRATANTE, SERÁ ELABORADO RELATÓRIO TÉCNICO COM APRESENTAÇÃO PELA CONTRATADA DE 03 (TRÊS) ORÇAMENTOS PARA OS REPAROS NECESSÁRIOS E CONSEQUENTE PAGAMENTO PELA CONTRATANTE.

VIII. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DAR-SE-Á NOS TERMOS DO ART. 67 DA LEI FEDERAL 8.666 DE 1993, SERÁ DESIGNADO REPRESENTANTE PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A ENTREGA DOS BENS E/OU SERVIÇOS, ANOTANDO EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS A EXECUÇÃO E DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DE FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS.

A FISCALIZAÇÃO NÃO EXCLUI NEM REDUZ A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, INCLUSIVE PERANTE TERCEIROS, POR QUALQUER IRREGULARIDADE, AINDA QUE RESULTE DE IMPERFEIÇÕES TÉCNICAS OU VÍCIOS REDIBITÓRIOS, E, NA OCORRÊNCIA DESTA, NÃO IMPLICA CORRESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO OU DE SEUS AGENTES E PREPOSTOS, DE CONFORMIDADE COM O ART. 70 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

O REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO ANOTARÁ EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DO CONTRATO, INDICANDO DIA, MÊS E ANO, BEM COMO O NOME DOS FUNCIONÁRIOS À REGULARIZAÇÃO EVENTUALMENTE ENVOLVIDOS, DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DAS FALHAS OU DEFEITOS OBSERVADOS E ENCAMINHANDO OS APONTAMENTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

IX. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O PAGAMENTO ADVINDO DO OBJETO DO PREGÃO ELETRÔNICO SERÁ PROVENIENTE DOS RECURSOS DA SECRETARIA CONTRATANTE E SERÁ EFETUADO ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DA DATA DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA DEVIDAMENTE ATESTADA PELO GESTOR DA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE EM NOME DA CONTRATADA.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



A NOTA FISCAL/FATURA QUE APRESENTE INCORREÇÕES SERÁ DEVOLVIDA A CONTRATADA PARA AS DEVIDAS CORREÇÕES. NESSE CASO, O PRAZO DE QUE TRATA O SUBITEM ANTERIOR COMEÇARÁ A FLUIR A PARTIR DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL/FATURA CORRIGIDA.

NÃO SERÁ EFETUADO QUALQUER PAGAMENTO À CONTRATADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

É VEDADA A REALIZAÇÃO DE PAGAMENTO ANTES DA EXECUÇÃO DO OBJETO OU SE O MESMO NÃO ESTIVER DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DESTES INSTRUMENTOS.

OS PAGAMENTOS ENCONTRAM-SE AINDA CONDICIONADOS À APRESENTAÇÃO DOS SEGUINTE COMPROVANTES: DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE PARA COM A SEGURIDADE SOCIAL (INSS), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), TRABALHISTA E FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA DEVERÁ SER APRESENTADA EM ORIGINAL OU POR QUALQUER PROCESSO DE REPROGRAFIA, OBRIGATORIAMENTE AUTENTICADA, SEJA EM CARTÓRIO, SEJA POR MEIO DO PERMISSIVO DA LEI Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018. CASO ESTA DOCUMENTAÇÃO TENHA SIDO EMITIDA PELA INTERNET, SÓ SERÁ ACEITA APÓS A CONFIRMAÇÃO DE SUA AUTENTICIDADE.

X. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O LICITANTE OU O CONTRATADO SERÁ RESPONSABILIZADO ADMINISTRATIVAMENTE PELAS SEGUINTE INFRAÇÕES:
 - I. DAR CAUSA À INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO;
 - II. DAR CAUSA À INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO QUE CAUSE GRAVE DANO À ADMINISTRAÇÃO, AO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS OU AO INTERESSE COLETIVO;
 - III. DAR CAUSA À INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO;
 - IV. DEIXAR DE ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CERTAME;
 - V. NÃO MANTER A PROPOSTA, SALVO EM DECORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE JUSTIFICADO;
 - VI. NÃO CELEBRAR O CONTRATO OU NÃO ENTREGAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA A CONTRATAÇÃO, QUANDO CONVOCADO DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DE SUA PROPOSTA;
 - VII. ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO OU DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO SEM MOTIVO JUSTIFICADO;
 - VIII. APRESENTAR DECLARAÇÃO OU DOCUMENTAÇÃO FALSA EXIGIDA PARA O CERTAME OU PRESTAR DECLARAÇÃO FALSA DURANTE A LICITAÇÃO OU A EXECUÇÃO DO CONTRATO;
 - IX. FRAUDAR A LICITAÇÃO OU PRATICAR ATO FRAUDULENTO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO;
 - X. COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNEO OU COMETER FRAUDE DE QUALQUER NATUREZA;
 - XI. PRATICAR ATOS ILÍCITOS COM VISTAS A FRUSTRAR OS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO;
 - XII. PRATICAR ATO LESIVO PREVISTO NO ART. 5º DA LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.
2. SERÃO APLICADAS AO RESPONSÁVEL PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AS SEGUINTE SANÇÕES:
 - I. ADVERTÊNCIA;
 - II. MULTA;
 - III. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR;
 - IV. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR.
3. NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:
 - I. A NATUREZA E A GRAVIDADE DA INFRAÇÃO COMETIDA;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- II. AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO;
- III. AS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES OU ATENUANTES;
- IV. OS DANOS QUE DELA PROVIEREM PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- V. A IMPLANTAÇÃO OU O APERFEIÇOAMENTO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE, CONFORME NORMAS E ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.

A SANÇÃO PREVISTA NO INCISO I DO SUBITEM "B" SERÁ APLICADA EXCLUSIVAMENTE PELA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA PREVISTA NO INCISO I DO SUBITEM "A", QUANDO NÃO SE JUSTIFICAR A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE MAIS GRAVE.

A SANÇÃO PREVISTA NO INCISO II DO SUBITEM "B", CALCULADA NA FORMA DO EDITAL OU DO CONTRATO, NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 0,5% (CINCO DÉCIMOS POR CENTO) NEM SUPERIOR A 30% (TRINTA POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO LICITADO OU CELEBRADO COM CONTRATAÇÃO DIRETA E SERÁ APLICADA AO RESPONSÁVEL POR QUALQUER DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NO SUBITEM "A".

A SANÇÃO PREVISTA NO INCISO III DO SUBITEM "B" SERÁ APLICADA AO RESPONSÁVEL PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NOS INCISOS II, III, IV, V, VI E VII DO SUBITEM "A", QUANDO NÃO SE JUSTIFICAR A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE MAIS GRAVE, E IMPEDIRÁ O RESPONSÁVEL DE LICITAR OU CONTRATAR NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS.

A SANÇÃO PREVISTA NO INCISO IV DO SUBITEM "B" SERÁ APLICADA AO RESPONSÁVEL PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NOS INCISOS VIII, IX, X, XI E XII DO SUBITEM "A", BEM COMO PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NOS INCISOS II, III, IV, V, VI E VII DO REFERIDO SUBITEM, QUE JUSTIFIQUEM A IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE MAIS GRAVE QUE A SANÇÃO REFERIDA NO INCISO III DO SUBITEM "B", E IMPEDIRÁ O

RESPONSÁVEL DE LICITAR OU CONTRATAR NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA, PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS.

AS SANÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS I, III E IV DO SUBITEM "B" PODERÃO SER APLICADAS CUMULATIVAMENTE COM A PREVISTA NO INCISO II DO REFERIDO SUBITEM "B".

SE A MULTA APLICADA E AS INDENIZAÇÕES CABÍVEIS FOREM SUPERIORES AO VALOR DE PAGAMENTO EVENTUALMENTE DEVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO AO CONTRATADO, ALÉM DA PERDA DESSE VALOR, A DIFERENÇA SERÁ DESCONTADA DA GARANTIA PRESTADA OU SERÁ COBRADA JUDICIALMENTE.

A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO SUBITEM "B" NÃO EXCLUI, EM HIPÓTESE ALGUMA, A OBRIGAÇÃO DE REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO CAUSADO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

XI. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.A DESPESA OCORRERÁ À CONTA DE RECURSOS ESPECÍFICOS CONSIGNADOS NO RESPECTIVO ORÇAMENTO MUNICIPAL, INERENTES A(S) UNIDADE(S) GESTORA(S).

XII. GESTOR DO CONTRATO

O GESTOR DO CONTRATO, SERÁ EXERCIDO PELO SECRETÁRIO DA RESPECTIVA PASTA CONTRATANTE OU QUEM ESTE VIER A DESIGNAR, O QUAL DEVERÁ EXERCER EM TODA SUA PLENITUDE A AÇÃO DE QUE TRATA A LEI Nº 8.666/93, ALTERADA E CONSOLIDADA.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: _____

PLANILHA MODELO

LOTE _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VR. UNITÁRIO RS	VR. TOTAL RS
VALOR TOTAL DO LOTE R\$						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ ()

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses.

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.

Declaro para os devidos fins que cumpro plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório

OBS.: AO ELABORAR SUA PROPOSTA, O LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR FIELMENTE O PRESCRITO NO ITEM "5" DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

OBS: O LICITANTE TERÁ QUE ANEXAR JUNTO A SUA PROPOSTA OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NA INTEGRA, EM TODOS OS LOTES QUE ESTIVEREM PARTICIPANDO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

PAÇO MUNICIPAL:
Av. Dom Lino, 831, Centro
CEP: 62.900-000
Fone: (88) 34118414
Site: www.russas.ce.gov.br
E-mail: licitapmrussas@gmail.com



ANEXO III – MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

<<<RAZÃO SOCIAL, CNPJ Nº. e ENDEREÇO>>>, DECLARA:

a) Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Russas/CE, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, publicada no DOU de 28/10/99, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Russas /CE, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

c) Sob as penas da Lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Russas /CE, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e de que não existe superveniência de fato impeditivo da habilitação ou redução na sua capacidade financeira que venha a afetar as exigências contidas no edital.

d) Declaramos para os devidos fins que somos enquadrado como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, não havendo nenhum impedimento previsto no art. 3º, § 4º da Lei Complementar Nº. 123/06. (SE FOR O CASO)

e) Declaro sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais, e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema são autênticas.

f) Eu, _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, ocupante do cargo de _____, da empresa _____, inscrita com o CNPJ nº _____, com sede à _____, declaro para os devidos fins que não tenho **nenhum vínculo empregatício de nenhuma natureza (*)**, com a Prefeitura Municipal de Russas.

(*) A Declaração será para todos os sócios da empresa (SEPARADAMENTE), **se for o caso**.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma o presente, sob as penas da Lei.

<<<DATA>>>

CARIMBO E ASSINATURA DO DECLARANTE



ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. _____

Pelo presente instrumento, o Município de Russas/CE, através da Secretaria de _____, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº. _____ com sede na _____ Russas/CE, neste ato representado pelo Sr(a). _____, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa _____, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº. _____, com sede na _____, Bairro _____, Cidade _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF Nº. _____ portador da carteira de identidade nº _____, doravante denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. Constitui o objeto do presente contrato **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER À DEMANDA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, REQUISITOS E CONDIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato é originário da Ata de Registro de Preços Nº. _____ - **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº. _____, devidamente homologado pelo (a) Sr.(a) _____ da _____ e as prescrições da Lei Nº. 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Nº. 8.666/93, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1. O presente contrato tem o valor global de R\$ ____ (____), a ser pago na proporção da entrega dos bens, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compra expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões federais, estaduais e municipais, todas atualizadas, observadas a condições da proposta de preços adjudicada.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUAN	UNI	MARCA	VALOR R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
01						
Valor Global R\$						

3.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após entrega do produto, conforme verificação do mesmo pelo setor responsável e após o encaminhamento da documentação tratada no caput desta cláusula, observadas as disposições editalícias.

3.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



3.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos Produtos entregues.

3.4.1. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

3.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

3.5.1. Não produziu os resultados acordados;

3.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

3.6. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

3.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

3.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

3.10. Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

3.11. Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O contrato terá um prazo de vigência até _____, a partir da data da assinatura, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 e incisos da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da dotação orçamentária nº.: _____ - _____; elemento de despesas: _____ - _____, sub elemento de despesa: _____, com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PMR/CE, consignados no Orçamento de 20__.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



CLÁUSULA SEXTA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

a) DA CONTRATANTE

- 6.1. Encaminhar à contratada, por escrito, solicitação dos veículos e indicação dos locais de entrega, conforme demanda;
- 6.2. Efetuar os pagamentos nas datas e prazos estipulados em contrato;
- 6.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que respeitadas às normas de segurança;
- 6.4. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;
 - 6.4.1. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, assegurando a boa prestação e o bom desempenho dos serviços prestados;
 - 6.4.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio do gestor do contrato, exigindo seu fiel e total cumprimento;
 - 6.4.3. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre irregularidades observadas nos veículos entregues ou no serviço prestado.
 - 6.4.4. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
 - 6.4.5. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
 - 6.4.6. Indicar pessoa responsável pela administração dos contratos;
 - 6.4.7. Receber o veículo verificando o atendimento quanto às normatizações do código de trânsito brasileiro, quantidade de combustível disponível, cabendo relatório, conforme o caso, e estado geral do veículo;
 - 6.4.8. Utilizar os veículos, exclusivamente, para os serviços de competência do município, representado por seus órgãos/entidades, envolvendo transporte de pessoas, materiais, ferramentas e equipamentos, obedecendo aos limites estabelecidos pela fabricante do veículo quanto à capacidade de cada marca/modelo;
 - 6.4.9. Utilizar os veículos em atividades exclusivamente de serviço, preferencialmente no período diurno e em dias úteis;
 - 6.4.10. Permitir a condução dos veículos somente por servidores oficialmente autorizados;
 - 6.4.11. Fornecer, em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;
 - 6.4.12. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.
 - 6.4.13. Exercer a fiscalização dos serviços por profissionais especialmente designados;
 - 6.4.14. Não sublocar/ceder os veículos objeto deste termo de referência;
 - 6.4.15. Recolher os veículos, após a jornada de trabalho nas instalações dos órgãos/entidade, salvo exceções necessárias por motivos operacionais, oficialmente autorizadas;
 - 6.4.16. Registrar a utilização, controle e gestão dos veículos;
 - 6.4.17. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- 6.4.18. Quando do recebimento da notificação de infração, identificar de imediato o condutor, ou, devolver a notificação à contratada, caso a infração seja de sua responsabilidade;
- 6.4.19. Ingressar com recurso em tempo hábil quando não houver concordância de sua parte, ou do servidor condutor, na aplicação da infração;
- 6.4.20. Providenciar o pagamento das infrações de trânsito de sua responsabilidade exclusiva, ou do servidor condutor, aplicadas no período correspondente à execução do contrato, não se admitindo a postergação do pagamento das mesmas;
- 6.4.21. Quanto ocorrer avarias e sinistros a contratante é a responsável por:
 - 6.4.21.1. Em caso de sinistro, notificar a contratada imediatamente sobre o fato e encaminhar cópia do boletim de ocorrência, bem como fotos e laudo pericial (quando existirem);
 - 6.4.21.2. O laudo pericial deve ser solicitado pela contratante no local do acidente, sempre que houver vítima fatal;
 - 6.4.21.3. Quando os sinistros envolverem terceiros, o boletim de ocorrência deve conter declaração de todos os envolvidos;
 - 6.4.21.4. Responsabilizar-se financeiramente pelos sinistros e avarias decorrentes de imperícia, imprudência, negligência, mau uso, dolo, e atos ilícitos de seus servidores quando comprovados, mediante processo administrativo.
- 6.4.22. Não serão passíveis de ressarcimento as despesas referentes a manutenções por desgastes que decorram da utilização continuada do bem e do decurso de tempo.
- 6.4.23. No término dos serviços, os veículos deverão ser devolvidos à contratada, após realização de inspeção pela contratada e acompanhada por representante da contratante. caso sejam constatadas avarias que não sejam do uso comum do veículo, sendo por mau uso, negligência, imprudência, imperícia, dolo, atos ilícitos e/ou decorrentes de instalação de acessórios ou equipamentos pela contratante, será elaborado relatório técnico com apresentação pela contratada de 03 (três) orçamentos para os reparos necessários e consequente pagamento pela contratante.

DA CONTRATADA

- 6.5. Disponibilizar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, todas as informações solicitadas pela contratante;
- 6.6. Cumprir os prazos de entrega determinados neste termo de referência;
 - 6.6.1. Entregar os veículos, em russas nos locais a serem indicados pela contratante. entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso, com documentação de propriedade atualizada, licenciados no estado do ceará;
 - 6.6.2. Para os veículos que apresentarem defeitos, alterações e irregularidades e/ou apresentarem quaisquer características discrepantes às descritas neste termo de referência, ainda que constatados depois do recebimento, a contratada será notificada para saná-los ou substituí-los, parcialmente ou na sua totalidade, a qualquer tempo, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, às suas expensas;
 - 6.6.3. Fornecer os veículos, objeto da locação, fabricados de acordo ano mínimo apontado nas especificações;
 - 6.6.4. Realizar serviço de limpeza dos veículos semanalmente;
 - 6.6.4.1. Realizar 01 (uma) limpeza simples a cada semana, com no mínimo aspiração da parte interna e a lavagem da pintura externa do veículo;
 - 6.6.4.2. Substituir a limpeza simples por uma limpeza completa nos veículos, a cada intervalo de 60 (sessenta) dias, compreendendo além da execução do item anterior, lavagem geral com cera, limpeza detalhada interna, sendo a lavagem do motor facultativo e etc.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



- 6.6.5. Responsabilizar-se por realizar a imediata e tempestiva manutenção preventiva e corretiva dos veículos disponibilizados, mantendo os mesmo em perfeito estado para a prestação dos serviços contratados;
- 6.6.6. Responsabilizar-se pelo socorro mecânico com guincho, bem como pela manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto deste termo de referência;
- 6.6.7. Disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, serviço de socorro para transporte e deslocamento de veículos e condutores, nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato;
- 6.6.8. Disponibilizar veículos de reserva com as mesmas características técnicas contidas neste instrumento, em número suficiente para comportar eventuais substituições por indisponibilidade (incluindo as movimentações para manutenções, revisões e limpezas), de modo a garantir a continuidade do serviço;
- 6.6.9. Proceder ao rodízio de pneus a cada 5.000 (cinco mil) km, bem como a verificação do balanceamento do conjunto: roda/pneus, e conferência do alinhamento da direção; os pneus deverão ser substituídos quando apresentarem risco, ou quando a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próxima de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela twi (thread wear indicators);
- 6.6.10. A contratada deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados (sem motorista) e solicitar o reembolso dos valores junto à contratante;
- 6.6.10.1. Antes de realizar o pagamento, a contratada deverá aguardar a conclusão dos processos referentes aos recursos previstos pela legislação;
- 6.6.10.2. A contratada deverá encaminhar à contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, de modo a resguardar o direito, por parte dos condutores, de interpor recursos;
- 6.6.10.3. Nos casos em que a secretaria não for notificada dentro do prazo supracitado, a contratada se responsabilizará integralmente pelo pagamento das importâncias referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias, decorrente de infrações;
- 6.6.11. Assumir todas as despesas com os veículos de sua propriedade, inclusive as relativas a manutenção, impostos, taxas, licenciamentos, seguro geral e outras que incidam direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, isentando a contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em quaisquer ocorrências;
- 6.6.12. Responsabilizar-se pela cobertura contra danos materiais e pessoais ocasionados a terceiros, já incluída no valor mensal da locação, devendo disponibilizar os veículos com, no mínimo, seguro contra acidentes a terceiros, sem franquia, e havendo franquia essa ficará a cargo da contratada.
- 6.6.12.1. A contratada, na entrega dos veículos, deverá apresentar a apólice do seguro

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ENTREGA, FISCALIZAÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO

7.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelo art. 65 da Lei Nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



7.2. Entregar os produtos licitados no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo Município de Russas – CE, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

7.3. A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, ao qual, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a entrega e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.3.1 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.3.2 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.4. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, “d” da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, erro, imperfeição ou mora na execução, inadimplimento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará, segundo a extensão ou falta, sujeita às seguintes sanções administrativas, além de outras penalidades determinadas na Lei 8.666/93 ou na legislação de regência:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Russas - PMR/CE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição limitada a 05 (cinco) anos ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade da CONTRATANTE que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



mencionada com base no art. 48, inciso III. A reabilitação da CONTRATANTE que sofrer esta penalidade poderá ser por esta requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação;

V - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar o termo de contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital das demais cominações legais.

§ 1º - Para possibilitar a melhor aplicação das sanções estabelecidas no art. 48, tendo por base os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da interpretação sistemática e teleológica e, ainda, da interpretação da lei conforme a Constituição, as irregularidades eventualmente cometidas pela CONTRATADA serão assim definidas:

I - **FALTAS LEVES:** caracterizadas pela execução irregular ou descumprimento de obrigações que não acarretem em prejuízos relevantes para a Administração, nem inviabilizem a prestação do serviço, puníveis com advertência;

II - **FALTAS GRAVES:** caracterizadas como aquelas que acarretem transtornos significativos à Administração ou que inviabilizem, total ou parcialmente, a execução do Contrato, notadamente em decorrência de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, puníveis com advertência e suspensão;

III - **FALTAS GRAVÍSSIMAS:** caracterizam-se pela inexecução total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando totalmente a execução do Contrato em decorrência de conduta dolosa da CONTRATADA, decorrente de fraudes na licitação ou na execução do Contrato, puníveis com declaração de inidoneidade.

§ 2º - Ao longo da vigência do contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade;

§ 3º - As Multas serão aplicadas nas hipóteses de faltas leves, graves e gravíssimas, nas seguintes modalidades, sem prejuízo de outras sanções previstas neste Edital:

I - Moratória no percentual de 0,5 % (meio por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor global do contrato, limitada 10% (dez por cento) ou seja, por 20 (vinte) dias; caso a CONTRATADA não inicie o serviço no prazo estipulado e nas condições avençadas;

II - Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo mencionado no inciso I, do § 3º, o que poderá ensejar a rescisão do Contrato;

III - Moratória, no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite máximo de 10% (dez por cento);

IV - Compensatória de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato por faltas graves e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

V - Compensatória de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total deste, com ou sem prejuízo para a PMR/CE/CE;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



§ 4º - A Suspensão nas hipóteses de faltas graves e gravíssimas, entre as quais:

- I - Não apresentação, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, dos documentos exigidos;
- II - Não assinatura do Contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- III - Não manutenção da proposta;
- IV - Retardamento injustificado na execução do seu objeto;
- V - Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;
- VI - Manutenção da inadimplência após vencido o prazo da Advertência;
- VII - Falha grave na execução do Contrato;

§ 5º - A Declaração de inidoneidade nas hipóteses de faltas gravíssimas:

- I - Comportar-se de modo inidôneo;
- II - Cometer fraude fiscal;
- III - Fraudar na execução do Contrato.

§ 6º - A penalidade de suspensão poderá ser aplicada pelos seguintes prazos:

- I - Por até 30 (trinta) dias, pelo cometimento da falta relativa aos Incisos V, VI do § 4º;
- II - Por até 90 (noventa) dias, pelo cometimento das faltas relativas aos Incisos I, II do § 4º;
- III - Por até 12 (doze) meses, pelo cometimento das faltas relativas aos Incisos III e IV do § 4º;
- IV - Por até 24 (vinte e quatro) meses, por falhar gravemente na execução do serviço relativa ao Inciso VII do § 4º;

§ 7º - A penalidade de inidoneidade será aplicada por até 5 (cinco) anos quando:

- I - A licitante apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados no Contrato, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;
- II - Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação;
- III - Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

§ 8º - O atraso injustificado na execução do Contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, bem como não manter atualizada todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, deverá ensejar a rescisão do Contrato, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa nos percentuais e graduações aplicáveis à ocorrência;

§ 9º - As multas aplicadas serão descontadas da Fatura/Nota Fiscal, da garantia ou de crédito existente na PMR/CE/CE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior aos créditos existentes, a CONTRATADA deverá recolhê-las, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante DAM em favor da Prefeitura Municipal de Russas, a contar da data da comunicação oficial para pagamento. No caso de não pagamento, o

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



valor complementar será cobrado judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês;

§ 10º - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar;

§ 11º - O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, competindo a autoridade competente gestora do contrato a concessão da prorrogação pleiteada;

§ 12º - Compete a autoridade competente – gestora do contrato a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula;

§ 13º - Da aplicação das penalidades previstas nos Incisos I, II e III do art. 48 do Decreto Municipal, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informados; da penalidade prevista no Inciso IV do mesmo art., caberá pedido de reconsideração de decisão ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato;

§ 14º - As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no art. 48 do Decreto Municipal, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 15º - As penalidades serão obrigatoriamente registradas na imprensa oficial e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

§ 16º - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos Incisos III e IV do art. 48 do Decreto Municipal, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na imprensa oficial.

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

9.1 - As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que na execução do instrumento convocatório é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

III - Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do instrumento convocatório, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

IV - Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou,

V- De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o presente contrato.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



CLÁUSULA DECIMA – DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

§ 1º - A Rescisão de contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da lei 8.666/93, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 109, "I", letra "e", da mesma lei;

II - Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a contratante, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecimento no § 1º do art. 79 da Lei 8.666/93;

III - Judicial, nos termos da legislação vigente.

§ 2º - A Rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

§ 3º - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e ampla defesa.

§ 4º - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I - O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

III - A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

V - A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VIII - A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

IX - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

X - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

XI - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



XII - A supressão, por parte da Administração, dos materiais, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em caso de não concordância por parte do licitante;

XIII - A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XIV - A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XV - O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

XVI - O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

XVII - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2. O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

11.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no art. 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

11.4. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo Município de Russas -CE ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei Nº. 8.666/93.

11.5. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

11.6. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

11.7. O Município de Russas -CE rejeitará, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com os termos do termo de referência, da proposta de preços e deste contrato.

11.8. Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta de preços adjudicada.

11.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos fiscais de contrato da Secretaria de _____, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Nº. 8.666/93.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. O foro da Comarca de Russas – CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Russas-CE, ____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE

SECRETARIA DE _____

CNPJ Nº. _____

CONTRATANTE

<<<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA>>>

<<<CNPJ Nº.>>>

<<<NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA>>>

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01 NOME _____ CPF Nº: _____

02 NOME _____ CPF Nº: _____

PAÇO MUNICIPAL:

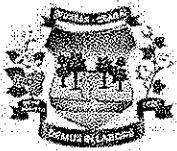
Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. _____

VALIDADE: 12(DOZE) MESES

Pelo presente instrumento, o **Município de Russas/CE** através da **Secretaria de** _____, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº. _____, com sede na _____, neste ato representado pelo(a) Sr(a). _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** _____, bem como, a classificação das propostas, e a respectiva homologação datada de....., **RESOLVE** registrar os preços das empresas signatárias, nas quantidades estimadas e máximas para o prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** _____, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Municipal nº. 077/20217, de 23 de agosto de 2017, da Lei Nº. 8.666/93, e da Lei Nº. 10.520/02.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER À DEMANDA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, REQUISITOS E CONDIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA** do processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** _____, no qual restaram classificados em primeiro lugar por item os licitantes signatários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata terá validade de **12 (DOZE) MESES**, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS**, no seu aspecto operacional.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

5.1. Os preços registrados dos produtos, a especificação, os quantitativos, empresas fornecedoras e representante legal, encontram-se elencados no ANEXO I da presente ata, em ordem de classificação das propostas por lote.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



5.2. Nos preços registrados estão incididos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos produtos, inclusive a margem de lucro.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA DO OBJETO, DA FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO

6.1- Entregar os produtos/serviços licitados no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo Município de Russas – CE, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

6.1.1. Caso o fornecedor não tenha empresa ou filial na sede do município de RUSSAS, a mesma terá que ter representação no município para desempenhar o contrato.

6.2. A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação poderá designar uma Comissão de Avaliação, cujo propósito será acompanhar a execução dos serviços de fornecimento. Caso os produtos entregues estejam em desacordo com as especificações contidas na proposta de preços, a Comissão os rejeitará para que possam ser sanadas as falhas apresentadas.

6.3. A CONTRATANTE efetuará o pagamento após entrega dos produtos, conforme verificação do mesmo pelo setor responsável e após o encaminhamento da documentação tratada no caput desta cláusula, observadas as disposições editalícias.

6.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

6.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos Produtos entregues.

6.5.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

6.5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.6.1. Não produziu os resultados acordados;

6.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

6.7. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



6.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

6.9. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.10. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

6.11 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

6.12- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no instrumento convocatório, nesta ata e seus anexos, e na legislação pertinente.

7.2. As contratações dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através de ordem de compra, emitida pelas unidades gestoras, contendo: o número da ata de registro de preços, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações do FORNECEDOR, o endereço e a data de entrega.

7.3. Poderão também ser firmados termos de contratos decorrentes desta ata de registro de preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Nº. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

7.4. Este instrumento não obriga o Município de Russas – CE a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

7.5. A ordem de compra será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município de Russas – CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

7.6. Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a ordem de compra, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO E REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento, inclusive a margem de lucro.

8.2. REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



8.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1. Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

9.2. Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

9.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

9.5. Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes e/ou qualquer fato correlato, que venham a prejudicar funcionários e/ou bens da CONTRATADA, da CONTRATANTE ou terceiros, verificados em decorrência do objeto deste certame.

9.6. Responsabilizar-se civil e penalmente por todo e qualquer dano que venha causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da aquisição dos produtos, não sendo a CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, responsável por danos indiretos ou lucros cessantes;

CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a entrega do objeto junto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Compra ou Aquisição;

10.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

10.3. Fiscalizar a entrega do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato;

10.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da entrega do objeto contratual;

10.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo;

10.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



11.1. A presente ata de registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei Nº. 8.666/93, e as disposições do Decreto Municipal Nº. 043/2017, de 01 de Agosto de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

12.1.1. Pelo Município de Russas/CE:

- a) quando o fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) quando o Fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Nº. 8.666/93;
- f) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Compra decorrente deste Registro;

12.1.2. Pelo FORNECEDOR:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no artigo 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei Nº. 8.666/93.

11.2. O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei Nº. 8.666/93.

12.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação em diário oficial ou em jornal de grande circulação, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Russas/CE, facultando-se à esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

12.5.1. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de Ordem de Compra já emitida.

12.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



12.7. Caso o Município de Russas/CE não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, erro, imperfeição ou mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará, segundo a extensão ou falta, sujeita às seguintes sanções administrativas, além de outras penalidades determinadas na Lei 8.666/93 ou na legislação de regência:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Russas - PMR/CE, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição limitada a 05 (cinco) anos ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade da CONTRATANTE que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada com base no art. 48, inciso III. A reabilitação da CONTRATANTE que sofrer esta penalidade poderá ser por esta requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação;

V - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar o termo de contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital das demais cominações legais.

§ 1º - Para possibilitar a melhor aplicação das sanções estabelecidas no art. 48, tendo por base os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da interpretação sistemática e teleológica e, ainda, da interpretação da lei conforme a Constituição, as irregularidades eventualmente cometidas pela CONTRATADA serão assim definidas:

I - **FALTAS LEVES:** caracterizadas pela execução irregular ou descumprimento de obrigações que não acarretem em prejuízos relevantes para a Administração, nem inviabilizem a prestação do serviço, puníveis com advertência;

II - **FALTAS GRAVES:** caracterizadas como aquelas que acarretem transtornos significativos à Administração ou que inviabilizem, total ou parcialmente, a execução do Contrato, notadamente em decorrência de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, puníveis com advertência e suspensão;

III - **FALTAS GRAVÍSSIMAS:** caracterizam-se pela inexecução total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando totalmente a execução do Contrato em decorrência de conduta dolosa da CONTRATADA, decorrente de fraudes na licitação ou na execução do Contrato, puníveis com declaração de inidoneidade.

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



§ 2º - Ao longo da vigência do contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade;

§ 3º - As Multas serão aplicadas nas hipóteses de faltas leves, graves e gravíssimas, nas seguintes modalidades, sem prejuízo de outras sanções previstas neste Edital:

I - Moratória no percentual de 0,5 % (meio por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor global do contrato, limitada 10% (dez por cento) ou seja, por 20 (vinte) dias, caso a CONTRATADA não inicie o serviço no prazo estipulado e nas condições avençadas;

II - Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo mencionado no inciso I, do § 3º, o que poderá ensejar a rescisão do Contrato;

III - Moratória, no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite máximo de 10% (dez por cento);

IV - Compensatória de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato por faltas graves e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

V - Compensatória de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total deste, com ou sem prejuízo para a PMR/CE/CE;

§ 4º - A Suspensão nas hipóteses de faltas graves e gravíssimas, entre as quais:

I - Não apresentação, no prazo estabelecido no instrumento convocatório, dos documentos exigidos;

II - Não assinatura do Contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

III - Não manutenção da proposta;

IV - Retardamento injustificado na execução do seu objeto;

V - Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

VI - Manutenção da inadimplência após vencido o prazo da Advertência;

VII - Falha grave na execução do Contrato;

§ 5º - A Declaração de inidoneidade nas hipóteses de faltas gravíssimas:

I - Comportar-se de modo inidôneo;

II - Cometer fraude fiscal;

III - Fraudar na execução do Contrato.

§ 6º - A penalidade de suspensão poderá ser aplicada pelos seguintes prazos:

I - Por até 30 (trinta) dias, pelo cometimento da falta relativa aos Incisos V, VI do § 4º;

II - Por até 90 (noventa) dias, pelo cometimento das faltas relativas aos Incisos I, II do § 4º;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



III - Por até 12 (doze) meses, pelo cometimento das faltas relativas aos Incisos III e IV do § 4º;

IV - Por até 24 (vinte e quatro) meses, por falhar gravemente na execução do serviço relativa ao Inciso VII do § 4º;

§ 7º - A penalidade de inidoneidade será aplicada por até 5 (cinco) anos quando:

I - A licitante apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados no Contrato, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

II - Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação;

III - Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

§ 8º - O atraso injustificado na execução do Contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, bem como não manter atualizada todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, deverá ensejar a rescisão do Contrato, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa nos percentuais e graduações aplicáveis à ocorrência;

§ 9º - As multas aplicadas serão descontadas da Fatura/Nota Fiscal, da garantia ou de crédito existente na PMR/CE/CE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior aos créditos existentes, a CONTRATADA deverá recolhê-las, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante DAM em favor da Prefeitura Municipal de Russas, a contar da data da comunicação oficial para pagamento. No caso de não pagamento, o valor complementar será cobrado judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês;

§ 10º - Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar;

§ 11º - O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, competindo a autoridade competente gestora do contrato a concessão da prorrogação pleiteada;

§ 12º - Compete a autoridade competente – gestora do contrato a aplicação das penalidades previstas nesta cláusula;

§ 13º - Da aplicação das penalidades previstas nos Incisos I, II e III do art. 48 do Decreto Municipal, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informados; da penalidade prevista no Inciso IV do mesmo art., caberá pedido de reconsideração de decisão ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato;

§ 14º - As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no art. 48 do Decreto Municipal, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 15º - As penalidades serão obrigatoriamente registradas na imprensa oficial e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



§ 16º - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos Incisos III e IV do art. 48 do Decreto Municipal, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente na imprensa oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

14.1 - As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que na execução do instrumento convocatório é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

I - Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

III - Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do instrumento convocatório, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

IV - Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou,

V - De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

15.1. As infrações penais tipificadas na Lei Nº. 8.666/93 será objeto de processo judicial, na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes das contratações que poderão advir desta Ata correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Município de Russas/CE, em suas rubricas orçamentárias.

CLÁUSULA DECIMA STIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

17.1.2. Integram esta Ata os seus anexos, o Edital que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas por item.

17.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Russas/CE.

17.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

17.3. A inadimplência do fornecedor com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao Município de Russas/CE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos bens pela Administração.

17.4. O contratado, na execução do fornecimento, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DO FORO

PAÇO MUNICIPAL:

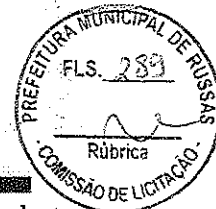
Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



18.1. O foro da Comarca de Russas/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada. Assim pactuadas, as partes firmam a presente ata de registro de preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Russas/CE, ____ de ____ de ____.

MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE

SECRETARIA DE _____

CNPJ Nº. _____

CONTRATANTE

<<<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA>>>

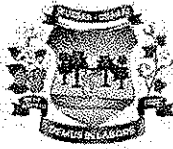
<<<CNPJ Nº.>>>

<<<NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA>>>

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. NOME _____ CPF Nº. _____
2. NOME _____ CPF Nº. _____



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____

ANEXO I

UNIDADES INTERESSADAS

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.

1. Órgão Gerenciador:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

CNPJ Nº. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

SECRETÁRIA: GUILHERME CORDEIRO DA COSTA



ANEXO II À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(ES)

01. RAZÃO SOCIAL:

CNPJ Nº:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

REPRESENTANTE:

RG Nº:

CPF Nº:

BANCO:

AGÊNCIA Nº:

CONTA CORRENTE Nº:

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



ANEXO III À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.

REGISTRO DE PREÇOS UNITÁRIOS

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVOS E EMPRESA(S) FORNECEDORA(S).

DATA: __/__/__

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços Nº. _____, celebrada entre o MUNICÍPIO DE RUSSAS/CE e a(s) Empresa(s) cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. _____.

[RELACIONAR TODOS OS ITENS DO PREGÃO]



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.

ANEXO IV – RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DO CADASTRO DE RESERVA

Conforme item 18.1 do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. _____** c/c com o inciso II do art. 11 do Decreto Municipal Nº. 077/20217, de 23 de Agosto de 2017, segue abaixo relação nominal dos componentes do cadastro de reserva da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____**.

1. RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº.: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

REPRESENTANTE: _____

RG Nº.: _____

CPF Nº.: _____



ANEXO VI – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS VENCEDORA

PREGÃO ELETRÔNICO N°.

Razão Social:

CNPJ N°:

Endereço:

Fone/Fax:

Banco:

Agência N°:

Conta Corrente N°:

OBJETO: _____

PLANILHA MODELO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VR. UNITÁRIO RS	VR. TOTAL RS
01						
02						
03						
Valor total R\$						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: RS_ ()

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses.

Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes à fabricação e transporte do objeto licitado.

Declaro para os devidos fins que cumpro plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório

<<<DATA>>>

<<<Assinatura do Proponente>>>

PAÇO MUNICIPAL:

Av. Dom Lino, 831, Centro

CEP: 62.900-000

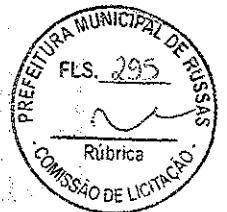
Fone: (88) 34118414

Site: www.russas.ce.gov.br

E-mail: licitapmrussas@gmail.com



Prefeitura de
Russas



AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS. A Pregoeira comunica aos interessados que estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO na forma PREGÃO ELETRÔNICA Nº 001.16.05.2022-DIV, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER À DEMANDA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, REQUISITOS E CONDIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA. Tipo: Menor Preço por Lote, que no dia 30 de maio de 2022 às 09:00 horas no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br. O edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e na plataforma: www.licitacoes-e.com.br, e no horário de 08h00min as 12h00min na comissão de licitação (endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, nº 01. Russas – CE), 16 de maio de 2022. Roberta Carlos Gonçalves Bezerra. Pregoeira Oficial.

Russas/CE, 16 de maio de 2022.


ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA.
Pregoeira do Município de Russas

PAÇO MUNICIPAL:
Av. Dom Lino, 831, Centro
CEP: 62.900-000
Fone: (88) 34118414
Site: www.russas.ce.gov.br
E-mail: licitapmrussas@gmail.com



Prefeitura de
Russas



AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS. A Pregoeira comunica aos interessados que estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO na forma PREGÃO ELETRÔNICA Nº 001.16.05.2022-DIV, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER À DEMANDA DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO CERTAME, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES, REQUISITOS E CONDIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA. Tipo: Menor Preço por Lote, que no dia 30 de maio de 2022 às 09:00 horas no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br. O edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e na plataforma: www.licitacoes-e.com.br, e no horário de 08h00min as 12h00min na comissão de licitação (endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, nº 01. Russas – CE), 16 de maio de 2022. Roberta Carlos Gonçalves Bezerra. Pregoeira Oficial.

A SER PUBLICADO: DIA 17/05/2022

JORNAL: JORNAL O POVO

JORNAL DIARIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ

JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

PAÇO MUNICIPAL:
Av. Dom Lino, 831, Centro
CEP: 62.900-000
Fone: (88) 34118414
Site: www.russas.ce.gov.br
E-mail: licitapmrussas@gmail.com



Prefeitura de
Russas



**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DO AVISO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001.16.05.2022-DIV**

A Pregoeira Oficial do Município de Russas-CE, no uso das suas atribuições, **CERTIFICA**, para os devidos fins, especialmente em atendimento ao Disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, que o Aviso do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001.16.05.2022-DIV**, foi publicado através de afixação na Portaria desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações), na data de 16 de maio de 2022.

Outrossim, ratificamos a Declaração primeira de que o respectivo Aviso do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001.10.02.2022- SEMED**, foi publicado nos jornais: **JORNAL O POVO, JORNAL DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ, JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, Edição do dia 17 de maio de 2022.

Russas-CE, 17 de maio de 2022.


ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA.
Pregoeira do Município de Russas

PAÇO MUNICIPAL:
Av. Dom Lino, 831, Centro
CEP: 62.900-000
Fone: (88) 34118414
Site: www.russas.ce.gov.br
E-mail: licitapmrussas@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL Nº 1/2022

O Leilão Oficial da Prefeitura Municipal de Porteiras/CE, torna público, que será realizado Certame na modalidade Leilão Público Presencial, tombado sob nº 001/2022, cujo objeto é a Alienação de bens móveis considerados inservíveis, pertencentes ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Porteiras. A realização do certame está prevista para o dia 02 de junho de 2022, às 09h00min, no Ginásio Poliesportivo, situado à Rua Pedro Cavalcante Sampaio, s/n, Bairro - Centro - Porteiras/CE. Eventuais visitas para análise dos bens poderão ocorrer exclusivamente mediante agendamento prévio, através do telefone (88) 3557-1254 (Setor de Patrimônios), no horário das 8:00h às 12:00h, em dias úteis. Os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital através dos endereços eletrônicos: www.porteiras.ce.gov.br e www.tce.ce.gov.br.

Porteiras - CE, 16 de maio de 2022
 FRANCISCO EUDES EVANGELISTA DE CARVALHO
 Leiloeiro

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.03.14.1

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porteiras/CE, torna público que fora concluído o julgamento da Fase de Habilitação da Tomada de Preços nº 2022.03.14.1, sendo o seguinte: todas as empresas participantes foram declaradas Habilitadas - Eugenia Fernanda Perelra Feltosa, Cálculas Empreendimentos e Construções EIRELI, J2 Construções e Serviços LTDA ME e Construtora Contrat Empreendimentos EIRELI. Fica aberto prazo legal para a interposição de possíveis recursos em relação ao julgamento da fase de habilitação. Maiores informações pelo fone: (88) 3557-1254 (R-211).

Porteiras/CE, 13 de maio de 2022
 MARIA EDNA TAVARES DE LAVOR
 Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2022.03.15.1

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Porteiras/CE, torna público que fora concluído o julgamento da Fase de Habilitação da Concorrência Pública nº 2022.03.15.1, sendo o seguinte: Empresa Habilitada - Estrutural Engenharia e Incorporação de Empreendimento Imobiliário Eireli, por cumprir integralmente as exigências editalícias. Empresa Inabilitada - Construtora Beija-Flor LTDA, por descumprimento do item 3.2.4 do Edital Convocatório, conforme Parecer Técnico (Análise de Acervo Técnico). Maiores informações pelo fone: (88) 3557-1254 (R-211).

Porteiras/CE, 16 de maio de 2022
 MARIA EDNA TAVARES DE LAVOR
 Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico 10.001/2022-PERP
 Contratante: Secretaria de Saúde, Lady Diana Arruda Mota, Secretária. Extrato do contrato: nº 10.001/2022-04SMS - Valor global: R\$ 23.780,80 - Contratada: MEDLAR Soluções em Saúde LTDA, através de seu representante legal, o Sr. Italo Ney Bezerra Paulino. Objeto: Aquisição de leites especializados, produtos médicos hospitalares, produtos farmacológicos e medicamento manipulado, em atendimentos judiciais e administrativos. Prazo de vigência: até 31/12/2022. Data da assinatura do contrato: 09/05/2022.

EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 10.007/2022-PERP
 Contratante e signatário: Secretaria de Saúde, Lady Diana Arruda Mota, Secretária. Extrato do contrato: nº 10.007/2022-04SMS - Valor global: R\$ 876.991,59 - Contratada: Lamed Comercio e Representação LTDA, através de sua representante legal, a Sra. Rebecca Fluzza Goulart; nº 10.007/2022-02SMS - Valor global: R\$ 141.167,15 - Contratada: X Medical & Clean LTDA, através de sua representante legal, a Sra. Isabelle Cavalcante Gonçalves; nº 10.007/2022-03SMS - Valor global: R\$ 52.947,40 - Contratada: Urca Comercial LTDA, através de sua representante legal, a Sra. Marcia Valeria Oliveira Santos Nakanishi. Objeto: Aquisição de materiais odontológicos. Prazo de vigência: até 31/12/2022, a partir da data da assinatura dos contratos: 04/05/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2.27.04.2022-SEMA
 OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na execução de ações de capacitação, e aquisição de produtos destinados a melhorar a gestão de resíduos sólidos, de acordo com o Convênio Nº 017/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Russas e o Ministério do Meio Ambiente - MMA. CONTRATANTE: Secretaria do Meio Ambiente. CONTRATADAS: ANTONIO ELONEUDO P. DE OLIVEIRA-ME, com sede à Rua Helvecio Teixeira, 55, Sala A, CEP: 63.500-526, Flores, Iguatu-CE, inscrita no CNPJ sob o Nº. 43.480.473/0001-46 e LPK LTDA, com sede à Rua Luiz Gualberto, 231, CEP: 88.070-360, Estreito, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ sob o Nº. 00.535.560/0001-40. Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 002.27.04.2022-SEMA. DATA DO CONTRATO: 13 de Maio de 2022. VALOR TOTAL DOS CONTRATOS: LOTE 01: R\$ 218.700,20 (Duzentos e Dezoito Mil Setecentos Reais e Vinte Centavos) - LOTE 02: R\$ 188.482,76 (Cento e Oitenta e Oito Mil Quatrocentos e Oitenta e Dois Reais e Setenta e Seis Centavos) e LOTE 04: R\$ 30.217,44 (Trinta Mil, Duzentos e Dezesete Reais e Quarenta e Quatro Centavos). VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31 de Dezembro de 2022. ASSINA PELA CONTRATANTE: Elton de Oliveira Gonçalves. ASSINA PELAS CONTRATADAS: Antônio Eloneudo Pereira de Oliveira, portador CPF Nº. 022.705.433-43 / Leoni Parclanello Klipp, portadora CPF Nº. 492.350.289-49. Russas-CE, 13 de Maio de 2022. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 1601 01 542 1804 2.144 - Implantação e Manutenção do Programa de Resíduos Sólidos - Lei Municipal Nº 12.305/2010; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Serviços de Passagem Jurídica/4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente; SUB ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Pessoa Jurídica/4.4.90.52.83 - EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL: Com Recursos Provenientes do Convênio Nº 017/2019 - MMA, Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Russas e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, consignado no Orçamento Municipal de 2022.

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2.27.04.2022-SEMA

ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 12/05/2022, em favor do Licitante Vencedor do Lote 01 e 02: ANTONIO ELONEUDO P. DE OLIVEIRA-ME, com sede na Rua Helvecio Teixeira, Nº 55, Sala A, Bairro Flores, Iguatu/CE - CEP: 63.500-526, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.480.473-46, representada por Antonio Eloneudo Pereira de Oliveira, portador do CPF nº. 022.705.433-43, no VALOR TOTAL do Lote 01 e 02 de R\$ 188.482,76 (Cento e Oitenta e Oito Mil Quatrocentos e Oitenta e Dois Reais e Setenta e Seis Centavos). Lote 04: LPK LTDA, com sede à Rua Luiz Gualberto, 231, Bairro Estreito, Florianópolis/SC - CEP: 88.070-360, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.535.560/0001-40, representada por Leoni Parclanello Klipp, portadora do CPF nº. 492.350.289-49, no VALOR TOTAL do Lote 04 de R\$ 30.217,44 (Trinta Mil Duzentos e Dezesete Reais e

Quarenta e Quatro Centavos), cujo OBJETO é a do Pregão Eletrônico Nº 002.27.04.2022-Rúbrica SEMA para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na execução de ações de capacitação, e aquisição de produtos destinados a melhorar a gestão de resíduos sólidos, de acordo com o Convênio Nº 017/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Russas e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, parte integrante deste processo, conforme especificações nas propostas de preços das CONTRATADAS.

Russas-CE, 12 de Maio de 2022.
 ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA
 Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1.16.05.2022-DIV

A Pregoeira comunica aos interessados que estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão na forma Pregão Eletrônico Nº 001.16.05.2022-DIV, cujo Objeto é o Registro de Preço para Futuras e Eventuais Contratações de serviços de locação de veículos para atender à demanda do órgão gerenciador e órgãos participantes do certame, de acordo com as especificações, quantidades, requisitos e condições deste Termo de Referência. Tipo: Menor Preço por Lote, que no dia 30 de Maio de 2022, às 09h, no Endereço Eletrônico: www.licitacoes-e.com.br. O Edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no Site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e na Plataforma: www.licitacoes-e.com.br, e no horário de 08h às 12h na Comissão de Licitação (Endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, Nº 01, Russas/CE).

Russas-CE, 16 de Maio de 2022.
 ROBERTA CARLOS GONÇALVES BEZERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUIITÉRIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PCS-01.020522-SECULT

Título: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento Turístico - Regente: Pregoeira e Equipe de Apoio - Processo Originário: Pregão Eletrônico Nº PCS-01.020522-SECULT - Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE APOIO DESTINADAS AOS DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA QUIITÉRIA/CE - Local de Acesso ao Edital: Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracibá, Santa Quiitéria - Ceará - CEP. 62280-000, Santa Quiitéria-CE; <https://bil.org.br>; <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> - Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08h às 12h00 - Local de Realização da Licitação: <https://bil.org.br> - Data de Abertura: 30/05/2022 - Horário: 08h30m - Pregoeira: Carla Maria Oliveira Timbó.

Santa Quiitéria-CE, 16 de Maio de 2022.
 CARLA MARIA OLIVEIRA TIMBÓ
 Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1705.02/22- PE/SESA

Objeto: Aquisição de uma ambulância tipo "B" para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Santana do Acaraú/CE, conforme o termo de referência. Do tipo: menor preço.

(O/A) Pregoeiro(a) da Prefeitura de Santana do Acaraú-CE, torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 18 de maio de 2022 a 30 de maio de 2022 até às 08:00h (Hora de Brasília), estará recebendo as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.licitacoes-e.com.br. A Abertura das Propostas acontecerá no dia 30 de maio de 2022, às 13:00h (Hora de Brasília) e o Início da Sessão de Disputa de Lances ocorrerá a partir das 15:00h do dia 30 de maio de 2022, (Hora de Brasília). O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Comissão de Licitação/Pregão, à Av. São João, 75 - Bairro Centro, Santana do Acaraú-CE, no licitacoes-e.com.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/> e no sítio da Prefeitura Municipal.

Santana do Acaraú/CE, 16 de maio de 2022.
 DANIEL MARCIO CAMILO DO NASCIMENTO
 Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 2022.05.11.01

Pregão Eletrônico - Nº 2022.05.11.01 - Registro de Preços Nº [Compras.gov.br](http://compras.gov.br) - 242022 - UASG - 981547. Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de materiais esportivos diversos para atender as demandas da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do município de São Benedito/CE, conforme Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 65; Informações sobre o edital a partir do dia 17 de Maio de 2022, das 08h00min às 12h00min. Endereço: Sala da Comissão de Licitação - Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, CEP: 62370-000, São Benedito/CE ou www.gov.br/compras; Entrega das Propostas: a partir das 08h30min, no dia 17 de Maio de 2022, no site www.gov.br/compras; Abertura das Propostas: 30 de Maio de 2022 às 10:00h no site: www.gov.br/compras.

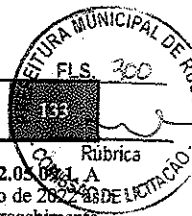
São Benedito/CE, 16 de maio de 2022
 LUIS CARNEIRO MACHADO
 Pregoeiro

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.03.03.01

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Benedito/CE, torna público para o conhecimento dos interessados, que após análise das Propostas de Preços da Tomada de Preços nº 2022.03.03.01, com fins de contratação dos serviços técnicos especializados em engenharia civil, para a execução da obra de construção de 03 (três) pontes nas localidades dos Sítios Barra, Bom Jesus dos Mesquitas e Chapadinha, no Município de São Benedito/CE, conforme Projeto Básico, obteve-se o seguinte resultado: Foi declarada Vencedora a Empresa: Habite Engenharia e Imobiliária LTDA, CNPJ Nº 04.597.124/0001-57, com o valor global R\$ 247.228,94 (duzentos e quarenta e sete mil duzentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos) por apresentar o menor preço. Assim, fica aberto o prazo recursal conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93. Maiores informações na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Paulo Marques, nº 378 - Centro, São Benedito/CE.

São Benedito - CE, 16 de maio de 2022
 RONALDO LOBO DAMASCENO
 Presidente da Comissão de Licitação





ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO – AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.05.08.1. A
Presidente da Comissão de Licitação do Município de Crato/CE torna público para conhecimento dos interessados que, neste dia 1º de junho de 2022, às 08h30min, na Sede da Comissão de Licitações localizada no Largo Júlio Saraiva, s/n Bairro Centro - Crato/CE, estará realizando sessão para recebimento e abertura dos envelopes com documentos de habilitação e propostas de preços para o objeto: Contratação dos serviços de engenharia para reforma da EEIEF Liceu Diocesano, no Bairro Seminário de responsabilidade da secretaria de educação do município de Crato/CE. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, das 08h00min às 14h00min ou através do site: www.tce.ce.gov.br. Crato/CE, 13 de maio de 2022. Valéria do Carmo Moura – Presidente.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA – Título: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento Turístico – Regente: Pregoeira e Equipe de Apoio – Processo Originário: Pregão Eletrônico Nº PCS-01.020522-SECULT – Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE APOIO DESTINADAS AOS DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA/CE – Local de Acesso ao Edital: Rua Professora Ernestina Catunda, nº 50 - Bairro Piracicaba, Santa Quitéria – Ceará – CEP 62280-000, Santa Quitéria-CE; <https://bll.org.br>; <https://www.santaquiteria.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> – Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08H30 AS 12H00 – Local de Realização da Licitação: <https://bll.org.br> – Data de Abertura: 30/05/2022 – Horário: 08h30m – Pregoeira: Carla Maria Oliveira Timbó.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2202.01/2022-CP – A Prefeitura Municipal de Acarau-CE, através do seu Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura, Sr. Rogério Rios Silveira, no uso de suas atribuições legais torna público o Extrato de Homologação e Adjudicação da Licitação Concorrência Pública Nº 2202.01/2022-CP, cujo OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção da primeira etapa do Centro Administrativo de Acarau/CE, junto a Secretaria de Infraestrutura do Município de Acarau/CE. Assim vem HOMOLOGAR e ADJUDICAR o presente processo em favor da empresa: MILLENUM SERVIÇOS EIRELI, CNPJ Nº 11.952.190/0001-63, pelo VALOR DE R\$ 3.200.526,57 (Três Milhões Duzentos Mil Quinhentos e Vinte e Seis Reais e Cinquenta e Sete Centavos). Acarau-CE, 16 de Maio de 2022. Rogério Rios Silveira – Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAU – EXTRATO DO CONTRATO Nº 2022.05.16/001 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2202.01/2022-CP – A Prefeitura Municipal de Acarau-CE torna público o Extrato do Contrato Nº 2022.05.16/001. CONTRATANTE: Secretaria de Infraestrutura; CONTRATADA: MILLENUM SERVIÇOS EIRELI, com sede na Av. Jonh Sanford, Nº 2297, Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, Sobral/CE, inscrita no CNPJ nº 11.952.190/0001-63. PROCESSO: Concorrência Pública Nº 2202.01/2022-CP. OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção da primeira etapa do centro administrativo de Acarau/CE, junto a Secretaria de Infraestrutura do Município de Acarau/CE. ASSINA PELA CONTRATANTE: Rogério Rios Silveira; ASSINA PELA CONTRATADA: Renan Claudino Melo; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. VIGÊNCIA: 180 (Cento e oitenta) dias, contados a partir da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$ 3.200.526,57 (Três Milhões Duzentos Mil Quinhentos e Vinte e Seis Reais e Cinquenta e Sete Centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.15.451.0251.1.008.0000. DATA DA ASSINATURA: 16 de Maio de 2022. FORO: Acarau – Ceará.



ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001.16.05.2022-DIV – A Pregoeira comunica aos interessados que estará abrindo Licitação na Modalidade Pregão na forma Pregão Eletrônica Nº 001.16.05.2022-DIV, cujo Objeto é o Registro de Preço para Futuras e Eventuais Contratações de serviços de locação de veículos para atender à demanda do órgão gerenciador e órgãos participantes do certame, de acordo com as especificações, quantidades, requisitos e condições deste Termo de Referência. Tipo: Menor Preço por Lote, que no dia 30 de Maio de 2022, às 09h, no Endereço Eletrônico: www.licitacoes-e.com.br. O Edital estará à disposição dos interessados após esta publicação no Site: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e na Plataforma: www.licitacoes-e.com.br, e no horário de 08h às 12h na Comissão de Licitação (Endereço: na Travessa João Nogueira da Costa, Altos, Nº 01, Russas/CE). Russas-CE, 16 de Maio de 2022. Roberta Carlos Gonçalves Bezerra – Pregoeira Oficial.

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ - AVISO DE JULGAMENTO HABILITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 2022.04.26.2.
A Presidente da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Icó/CE, torna público que concluiu o julgamento da fase de habilitação Tomada de Preços nº 2022.04.26.2, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em serviços de assessoria e consultoria administrativa junto aos serviços de controle interno da Câmara Municipal de Icó/CE. Empresas habilitadas: A. CABRAL DE OLIVEIRA NETO - ME, DAGER COSTA CONSULTORIA ASSESSORIA EMPRESARIAL e J P LOPES DE ALCANTARA, por cumprimento integral ao Edital Convocatório. Empresas Inabilitadas: F O SANTOS SERVIÇOS E ASSESSORIA EIRELI, por descumprimento ao item 3.5.3.2 do Edital Convocatório. VICENTE LEITE BESERRA CONTABILIDADE, por descumprimento ao item 3.3.1 do Edital Convocatório, E A N EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES, por descumprimento aos itens 3.1.5, 3.5.2 e 3.5.3.2 do Edital Convocatório e R & A ASSESSORIA CONTÁBIL E INFORMÁTICA S/S LTDA, por descumprimento aos itens 3.3.2 e 3.5.3 do Edital Convocatório. Informações pelo (88) 3561-4031 ou na sede da CPL, sito à Av. Idílio Sampaio, nº 2071 - Centro, Icó - CE, 13 de maio de 2022. Anna Alice Carvalho Nunes - Presidente.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SAMPAIO – RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 2022.04.19.02TP – A Comissão Permanente de Licitação Municipal torna público o Resultado de Julgamento da Habilitação da Tomada de Preço acima, cujo OBJETO: Contratação para execução dos serviços de construção de Praça Pública no Município de General Sampaio-CE, conforme Projeto Básico, foram HABILITADA A EMPRESA: ML INCORPORAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: Nº 42.089.488/0001-15. foram consideradas INABILITADA AS EMPRESAS: M L ENTRENIMENTO, ASSESSORIA E SERVIÇOS EIRELI-ME, CNPJ: Nº 29.326.036/0001-41 e a empresa LEXON SERVIÇOS & CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS EIRELI, CNPJ: Nº 07.191.777/0001-20. Fica aberto o prazo recursal de acordo com a Lei 8.666/93, Art. 109, inciso I, alínea “a”. Após cumprido o prazo, caso não haja manifesto de recurso, os Envelopes de Propostas serão Abertos no dia 31 de Maio de 2022, às 09h. Mais informações junto a Comissão de Licitação, no E-mail: pmsglicitacao@gmail.com. General Sampaio-CE, 16 de Março de 2022. Antonio Jardel Alves Ramos – Presidente CPL.

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Cariús - Aviso de Licitação - Edital de Tomada de Preços Nº 2022.05.10.01. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cariús comunica aos interessados que fará realizar licitação em sua sala, na Prefeitura Municipal de Cariús, localizada na Rua Raul Nogueira, s/n – Esplanada – Cariús - CE, às 08:00hs do dia 01 de junho de 2022, sessão de recebimento dos documentos de habilitação e Propostas para a Tomada de Preços Nº 2022.05.10.01, tipo – menor preço, destinada a contratação de pessoa jurídica apta a executar obras de construção de pavimentação em pedra tosca na Zona Rural do Município de Cariús, junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, conforme MAPP 4562. O Edital poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Cariús no horário das 07:30 às 11:30 horas. Informações pelo fone (0xx88) 3514-1219. Cariús – CE, 13 de maio de 2022. Francisco Edideus dos Santos Santana - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Estado do Ceará - Câmara Municipal do Crato - Chamamento Público Nº 005/2022-CM. A Câmara Municipal do Crato/CE, no uso das suas atribuições, com sede na Rua Teófilo Siqueira, 631, Centro, Crato/CE, inscrita no CNPJ: 05.619/754/0001-48, declara que está aberto o presente Chamamento Público para cotação de preços do seguinte objeto: contratação de serviços técnico especializados para elaboração e implantação do Plano de Cargos, Carreiras – PCC dos servidores da Câmara Municipal do Crato/CE. Atenção: Cada empresa poderá cotar, desde que apresente o cartão do CNPJ demonstrando que o CNAE de atividades se refere ao objeto cotado. Os orçamentos devem ser enviados através do e-mail: cpicrato2018@gmail.com, todos os orçamentos deverão obedecer estritamente ao que se pede, e em conformidade com as especificações abaixo: Proposta de Preço. Item - 01 - Descrição dos Serviços - Contratação de Serviços Técnico especializados para elaboração e implantação do Plano de Cargos, Carreiras – PCC dos Servidores da Câmara Municipal do Crato/CE - Und - Serv - Quant - 01. Maria Grette Alves Rodrigues - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.
